

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO



FASE I – MOBILIZAÇÃO

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

PRODUTO 1 PLANO DE TRABALHO

Assessoria Técnica do IBAM ao processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho/RO e legislação urbanística complementar (Lei Municipal de Parcelamento do Solo Urbano e Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano), no âmbito do Contrato nº 014/PGM/2018.



**MAIO
2018**

EQUIPE TÉCNICA

Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO

Prefeito - Hildon De Lima Chaves

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - Luiz Guilherme Erse da Silva

Equipe Técnica Municipal – ETM

Raísa Tavares Thomaz	SEMPOG	Hueliton Mendes Rodrigues	SEMFAZ
Raymundo José Fraga Junior	SEMPOG	Jane Carvalho Cardoso	SEMUSA
Zenildo Alves S. de Carvalho	SGG	Salustiano Freitas F. Neto	SEMUSA
Devonildo de Jesus Santana	SGG	Yalley Coelho da C. Jezini	SEMI/SEMA
Luiz Carlos Coelho de Menezes	SEMAGRIC	Robson Damasceno S. Junior	SEMI/SEMA
Flávio Morais Nogueira Júnior	SEMAGRIC	Maiara Marjore R. P. Marini	EMDUR
Rebeca Maria Passos da Silva	SEMED	César Afonso da F. Salomão	EMDUR
Márcia Andréia Lima Lucas	SEMED	Fernanda Rocha Pinheiro	SEMUR
Caio Augusto Costa N. Ferreira	SEMASF	Carime Afonso dos S. Leite	SEMUR
Máximo Araújo de Mesquita	SEMASF	Marcelino Marciel M. Mariano	SEMES
Altair dos Santos Lopes	FUNCULTURAL	José Augusto C. de Lima	SEMES
Karina de Oliveira	FUNCULTURAL	Maria Aparecida da S. Prestes	SEMDESTUR
Luciana Chrystina Ramalhão	SEMTRAN	Antônio Torres Fernandes	SEMDESTUR
José Liberato dos Santos Neto	SEMTRAN	Raimundo José Z. da C. Júnior	SEMISB
Maria Sandra Bandeira	SEMFAZ	Gustavo Portela Veras	SEMISB

Instituto Brasileiro De Administração Municipal - IBAM

Superintendente Geral - Paulo Timm

Superintendente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - Alexandre Santos

Equipe Técnica IBAM

Ricardo Moraes	Arquiteto Urbanista	Supervisão Técnica / Consultor para revisão do Código de Obras e Edificações
Henrique Barandier	Arquiteto Urbanista	Coordenador Técnico
William Resende	Engenheiro	Assistente de Coordenação / Consultor para Mobilização Social
Maria Beatriz Dallari	Bióloga	Assistente de Coordenação / Consultora em Gestão Ambiental
Marcia Costa	Psicóloga	Consultora de Capacitação
Eliana Junqueira	Arquiteta Urbanista	Consultora em Habitação e Regularização Fundiária
Patrícia Finamore	Engenheira Ambiental	Consultora em Saneamento Básico
Karin Segalla	Assistente Social	Consultora em Gestão de Resíduos Sólidos
Luciana Hamada	Arquiteta Urbanista	Consultora em Clima Urbano e para revisão do Código de Obras e Edificações
Eduardo Rodrigues	Geógrafo	Cartografia e Sistema de Informações Geográficas
Jéssica Ojana	Arquiteta Urbanista	Estudos urbanísticos

Sumário

INTRODUÇÃO	5
1. METODOLOGIA	10
1.1. Produção Técnica	10
1.2. Integração entre Equipes do IBAM e da Prefeitura Municipal	14
1.3. Mobilização social e processo participativo	16
2. ORGANOGRAMA	20
3. FASES E ATIVIDADES	21
3.1. FASE I: Mobilização	23
3.2. FASE II: Análise Temática Integrada	26
3.3. FASE III: Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável	31
3.4. FASE IV: Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do Plano Diretor Participativo do Município	34
4. PRODUTOS	36
5. CRONOGRAMA FÍSICO	38

ANEXO I: Currículos da equipe técnica do IBAM

ANEXO II: Ordem de Serviço

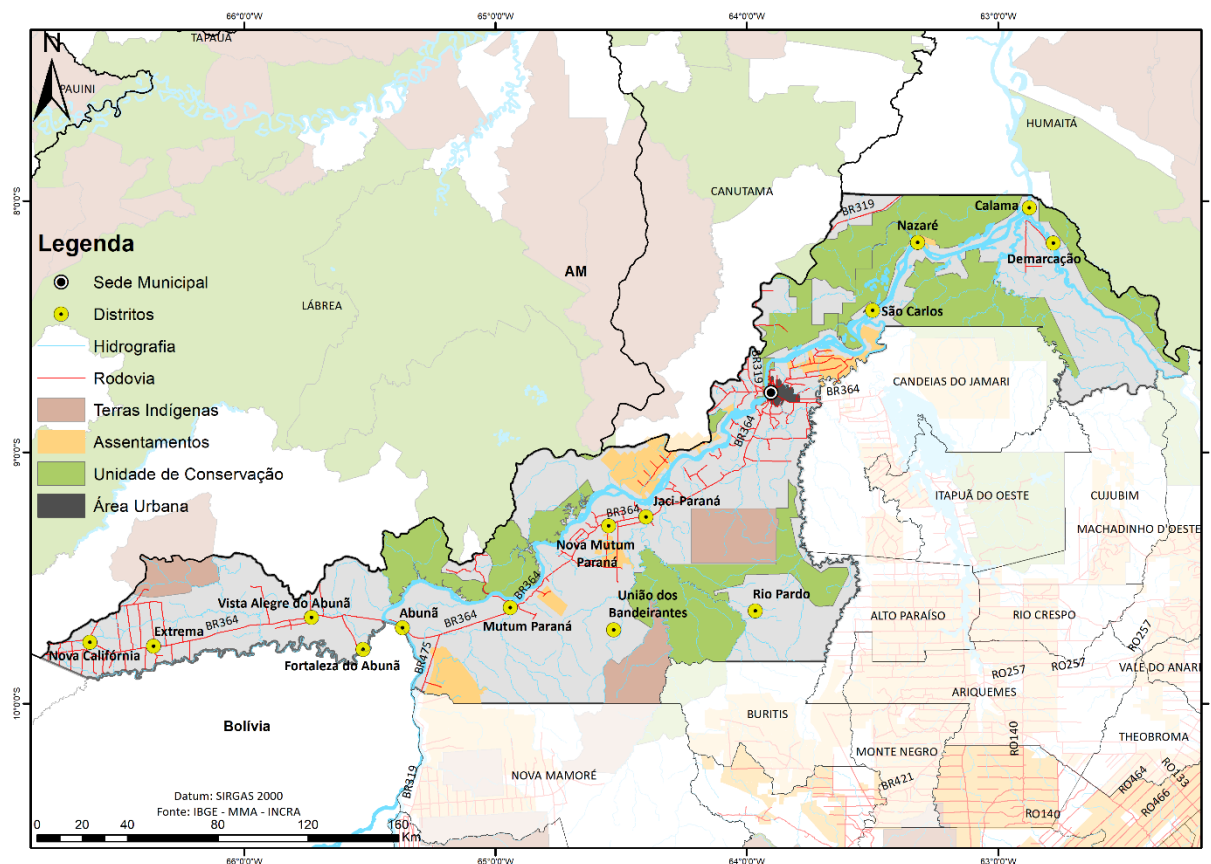
ANEXO III: Relatório de Atividades realizadas na 1ª Visita Técnica do IBAM ao Município de Porto Velho entre os dias 9 e 13 de abril de 2018.

ANEXO IV: Lista de documentos, informações e dados solicitados à ETM para subsidiar a Análise Temática Integrada

INTRODUÇÃO

O presente documento consiste no primeiro produto relativo ao Contrato 014/PGM/2018, firmado entre o Município de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), cujo objeto é a assessoria técnica e metodológica à revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho (PDPV) e legislação urbanística complementar. Trata-se do Plano de Trabalho que orientará as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do referido contrato, com destaque para os aspectos técnicos envolvidos, a interação entre a equipe do IBAM e a equipe da Prefeitura e a organização do processo participativo.

Município de Porto Velho



A Constituição Federal de 1988, ao dispor sobre a política urbana, define o Plano Diretor Participativo como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e estabelece que a propriedade urbana, cumprirá sua função social, quando atendidas as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor (artigo 182, parágrafos 1º e 2º).

A partir da aprovação do Estatuto da Cidade pela Lei nº 10.257 de 10/07/2001, é reafirmada e ampliada a importância do Plano Diretor, permitindo aos municípios uma atuação mais indutora do desenvolvimento, firmando suas prerrogativas para a regulamentação do parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e promoção de intervenções urbanísticas dirigidas à garantia da função social da cidade. Estes preceitos constitucionais abrem novas perspectivas para o planejamento urbano municipal e requerem o adequado alinhamento conceitual entre o Plano Diretor e as demais normas urbanísticas para garantir as boas condições de aplicação da legislação local.

Além das diretrizes da política urbana e da definição dos novos instrumentos que poderão ser aplicados no planejamento e gestão urbana, o Estatuto da Cidade estabelece que o Plano Plurianual, assim como as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual municipal devem incorporar as diretrizes e prioridades definidas no Plano Diretor. Portanto, o Plano Diretor deve ser compreendido também como instrumento estratégico para a coordenação e a integração das políticas públicas no território.

Dentre as diretrizes gerais e critérios que devem nortear a elaboração do Plano Diretor e a regulamentação dos seus instrumentos, conforme previsto no Estatuto da Cidade, destaca-se a necessidade de condicionar o desenvolvimento urbano ao acesso universal à moradia com qualidade, que pressupõe o acesso aos equipamentos e serviços de mobilidade urbana e transporte, saneamento básico, saúde, educação, assistência social e demais políticas públicas urbanas e sociais. Nesse sentido, se pode

compreender a noção de direito à cidade como “porta de entrada” para outros direitos que se complementam na perspectiva de consolidação da cidadania.

As diretrizes do Estatuto da Cidade expressam, também, a constatação de que a organização territorial dos municípios e a dinâmica imobiliária nas cidades brasileiras tendem, de modo geral, a reproduzir as desigualdades sociais, sem distribuir de maneira equânime os benefícios gerados pelo processo de urbanização. Assim, espera-se que o Plano Diretor possa indicar, de maneira clara e objetiva, a definição de vetores de desenvolvimento e prioridades que orientem os investimentos públicos e privados, buscando a construção de uma cidade socialmente mais justa e ambientalmente sustentável.

Outro eixo do Estatuto da Cidade diz respeito aos processos de gestão democrática da cidade, tratada no Capítulo IV (Da Gestão Democrática da Cidade), que estabelece as condições para a garantia do controle social sobre a formulação e a implementação da política urbana. Dentre os aspectos mais relevantes, destaca-se a obrigatoriedade da participação dos diferentes segmentos da sociedade nos processos de revisão do Plano Diretor e legislação urbanística, que deve envolver mecanismos e atividades que permitam identificação de demandas da população e a pactuação de propostas e prioridades pautadas pelo interesse comum.

No âmbito do pacto federativo, instruem ainda o processo de revisão do Plano Diretor as Resoluções do Conselho Nacional das Cidades - ConCidades, em especial, as Resoluções nº 25/2005, que determina que a elaboração do Plano Diretor se dê por meio de um processo participativo, e a nº 34/2005, alterada pela Resolução nº 164/2014, que versa sobre o conteúdo mínimo do Plano Diretor.

A experiência e a tradição do IBAM no assessoramento técnico e metodológico a inúmeros municípios brasileiros levaram à convicção de que o processo de elaboração ou revisão do Plano Diretor, além de atender aos dispositivos constitucionais, deve ser compreendido como oportunidade privilegiada de

aperfeiçoamento do planejamento e da gestão da cidade na sua dimensão técnica e política. Sobretudo porque, apesar dos avanços da política urbana no país nas últimas décadas, a garantia do direito à cidade ainda se mantém como o principal desafio a ser enfrentado pelo Poder Público Municipal.

O papel da equipe técnica do IBAM, conforme previsto no contrato que orienta o presente trabalho, é assessorar técnica e metodologicamente a Equipe Técnica Municipal responsável pela condução do processo de revisão do Plano Diretor e das leis urbanísticas complementares. Este assessoramento é baseado em pressupostos metodológicos que incluem a troca de experiência, a transferência de conhecimentos e o estabelecimento de relações de cooperação técnica. Embora o IBAM não seja responsável pela liderança na condução das atividades do processo participativo de revisão do Plano Diretor, a equipe de assessores do Instituto apoiará os técnicos municipais nessa tarefa, sendo todos os documentos produzidos apresentados e discutidos com os diferentes atores da sociedade, conforme previsto neste Plano de Trabalho, assim como estarão disponíveis ao acesso do público.

Ao longo de um ano, o processo de revisão do Plano Diretor e legislação urbanística se desenvolverá em quatro fases, em cada uma delas envolvendo produções técnicas e discussões públicas que deverão se influenciar mutuamente. As fases ¹de trabalho previstas são:

- Fase 1: Mobilização
- Fase 2: Análise Temática Integrada
- Fase 3: Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável
- Fase 4: Plano de Ação e Institucionalização do PDPV

Antecedendo a consolidação do presente documento uma visita ao Município pela assessoria técnica do IBAM, entre os dias 9 e 13 de abril de 2018, quando foi oficialmente instalado o processo de revisão do PDPV. Participaram dessa visita inicial,

¹ As Fases do trabalho correspondem às Etapas integrantes da Proposta Contratada

o Coordenador Técnico Henrique Barandier e os Assistentes de Coordenação William Resende e Maria Beatriz Dallari. Esteve presente no Município, ainda, o Superintendente Geral do IBAM Paulo Timm que participou do evento de lançamento do processo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho, juntamente com o Prefeito Municipal Hildon Chaves. Além da realização do evento de lançamento, a semana de trabalho da equipe do IBAM no município teve os seguintes objetivos:

- a) Dar início aos trabalhos da Equipe Técnica Municipal (ETM) designada;
- b) Realizar reuniões iniciais com Presidentes de Associações de Bairros e Conselho Municipal da Cidade;
- c) Realizar encontro com administradores regionais para apresentação do processo de trabalho e mostrar a relevância do trabalho desses administradores regionais para realização de atividades nos distritos;
- d) Realizar reuniões iniciais de alinhamento com órgãos públicos detentores de informações ou base de dados relevantes para o desenvolvimento do trabalho e de consolidação dos trabalhos. Nessa oportunidade foram também solicitadas a ETM informações de dados para subsidiar a análise temática integrada;

A partir dessas atividades, procedeu-se o detalhamento das fases do trabalho, consolidado neste Plano de Trabalho que, além desta introdução é composto pelas seguintes partes:

1	Metodologia
2	Organograma
3	Etapas e Atividades
4	Produtos
5	Cronograma

1. METODOLOGIA DE TRABALHO

A abordagem metodológica do IBAM para o processo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho deve ser compreendida a partir de três dimensões principais: a produção técnica; a integração entre as equipes do IBAM e da Prefeitura Municipal; e as estratégias para mobilização social e condução do processo participativo. Tais dimensões são a seguir descritas.

1.1. Produção Técnica

O Plano Diretor tem como objetivos gerais ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e garantir o direito à cidade para todos. Constituindo-se como instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana, visa atender às necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento local.

A esses objetivos gerais, agregam-se diretrizes expressas no art. 2º do Estatuto da Cidade, dentre as quais se destacam:

- a garantia do direito a uma cidade sustentável, na qual as necessidades do presente são compatibilizadas com as necessidades das gerações futuras;
- a promoção da gestão democrática da cidade, através da constituição de fóruns e instâncias de participação da população na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- a distribuição de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos de acordo com as necessidades da população;
- a ordenação e controle do parcelamento, uso e ocupação do solo, segundo critérios que assegurem a qualidade de vida e o melhor aproveitamento da infraestrutura urbana, evitem a retenção especulativa dos imóveis urbanos e a ocorrência de impactos ambientais e riscos para a população;
- a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, promovendo o desenvolvimento econômico e assegurando que os padrões

de expansão urbana sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável do Município e da sua área de influência;

- a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, adequando os instrumentos de política econômica, tributária e financeira e recuperando para a comunidade a valorização fundiária decorrente de investimentos públicos;
- a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.

Cabe ao processo de revisão do Plano Diretor analisar como tais diretrizes se expressam na realidade específica de Porto Velho, o que deve ser subsidiado por estudos técnicos de diferentes campos temáticos e pela consolidação de uma base de dados e informações de referência.

A produção técnica para apoiar a revisão do Plano Diretor normalmente trabalhar os temas relacionados à gestão urbana e territorial em diferentes escalas. No caso específico de Porto Velho, em razão das dimensões do Município, operar em diferentes escalas de apreensão do território se mostra um desafio particularmente complexo. O Plano Diretor vigente, por exemplo, praticamente não apresenta nenhuma visão do território municipal como um todo, a não ser pela menção aos distritos. Sem dúvida carece de algo mais estruturado que permita pensar as relações da cidade de Porto Velho com as diversas localidades, muitas de caráter efetivamente urbano, estabelecidas no município, seja ao longo da Rodovia BR-364, seja ao longo do Rio Madeira. Ao mesmo tempo, o olhar para o território na escala mais ampliada permite incorporar ao debate sobre o desenvolvimento urbano o papel de ativos ambientais, sociais, econômicos que se localizam fora da área urbana propriamente. E na visão ainda mais geral, pensar o papel de Porto Velho na Amazônia e das cidades na proteção da floresta e do bioma amazônico.

Destaca-se que o comando emitido pelo Estatuto da Cidade, de que as propostas resultantes do Plano Diretor devem considerar a abrangência sobre todo o Município (art. 40 §2º), clarifica o alcance da competência do Governo Local para exercer o planejamento e o controle do uso e da ocupação do solo sobre todo o território municipal. Nesse sentido, confirma o Macrozoneamento, parte integrante do Plano Diretor, como a principal ferramenta para a organização das estratégias de desenvolvimento e de ordenação sobre a integralidade de seu território.

A lógica do planejamento territorial municipal deve estar amparada no reconhecimento dos fatores de diferenciação que caracterizam as áreas urbanas e não urbanas (aquelas comprometidas com os usos de produção típicos do campo; áreas que abrigam comunidades tradicionais com dinâmicas sociais, culturais, práticas e modos de viver específicos; outras destinadas à regularização fundiária no meio rural; ou ainda que contenham elementos de valor histórico, cultural ou paisagístico; áreas protegidas por força de lei ou passíveis de preservação pelo potencial de prestação de serviços ambientais, dentre outras). Importa considerar que a diferenciação entre os usos que se faz dos diversos recortes territoriais não se traduz tão somente na divisão entre urbano e rural, tendo em vista a diversidade das interações entre as várias dinâmicas de uso e ocupação do solo presentes no Município: daquelas com a cidade e, em mão dupla, desta com as demais.

O Plano Diretor deverá conter um conjunto de diretrizes e a definição de ações prioritárias que orientem a sua implantação em curto, médio e longo prazo, identificando as responsabilidades a serem assumidas pelas diversas instâncias da Administração Pública e demais atores sociais envolvidos. O estabelecimento de diretrizes e ações para efetivação da política urbana se baseia e resulta do conhecimento das condições atuais do Município e da análise dos impactos das atividades econômicas e urbanas sobre o meio ambiente, levando em conta os instrumentos legais vigentes e os aspectos relevantes das medidas e iniciativas em curso.

Para tudo isso, é necessária a participação ativa da equipe técnica do Município e a interlocução com todos os setores, públicos e privados, que possuem e/ou produzem informações qualificadas sobre a cidade e o território. Na segunda fase do processo de revisão do Plano Diretor, se consolidará a base de informações que permitirá a leitura crítica da realidade atual de Porto Velho e oferecerá elementos para apoiar a formulação de propostas.

A produção técnica abordará de forma integrada os temas setoriais que serão detalhados ao longo da 2ª fase dos trabalhos, a partir de informações e dados e de reuniões com a ETM, órgãos públicos, entidades de classe, setores organizados da sociedade civil e outros. Estes temas, no Plano Diretor, poderão ser reagrupados, bem como complementados, a partir do avanço dos trabalhos e da compreensão do território municipal. São eles:

- planejamento e gestão;
- uso do solo;
- meio ambiente;
- mudanças climáticas e clima urbano;
- mobilidade;
- saneamento básico;
- habitação de interesse social;
- patrimônio histórico e cultural e
- área rural.

Cabe observar que toda produção técnica será permeada também por trabalhos de campo da equipe técnica do IBAM que resultarão em análises qualitativas da realidade de Porto Velho, suas diferenças internas, problemas e potenciais, nos diferentes campos temáticos.

Após a primeira fase, dedicada essencialmente à instalação e organização dos trabalhos, a cada fase haverá rodadas de audiências públicas, que servirão para

apresentação dos resultados parciais obtidos, discussão de ajustes e complementos a serem feitos e debate público das propostas para a revisão do Plano Diretor.

1.2. Integração entre Equipes do IBAM e da Prefeitura Municipal

A permanente interlocução entre as equipes do IBAM e da Prefeitura Municipal é um pressuposto essencial da metodologia de trabalho do Instituto. A assessoria, ainda que preveja a entrega de produtos claramente delimitados, envolve a construção conjunta de conhecimentos e de aperfeiçoamento das capacidades de técnicos e gestores para a condução da política urbana local.

Para tanto, o Prefeito de Porto Velho já designou uma Equipe Técnica Municipal (ETM) com representantes de diversas secretarias municipais. A ETM possui uma coordenação também designada pelo Prefeito da qual participam representantes das seguintes Secretarias Municipais: SEMFAZ, SEMI, SEMPOG, SEMUR e SEMTRAM. Esta passa a ser o grupo técnico que acompanhará os trabalhos desenvolvidos pelo IBAM, mas, muito mais do que isso, entende-se que esse grupo terá um papel ativo no processo de revisão do Plano Diretor. Os membros da ETM serão responsáveis por viabilizar a produção e compilação de informações necessárias ao trabalho e, paralelamente, participarão das discussões de conteúdo e de condução do processo participativo. O entrosamento entre a ETM e equipe do IBAM a partir de uma relação solidária e cooperativa é essencial, na medida em que propicia a troca de conhecimento entre os envolvidos e, ao mesmo tempo, permite maior compreensão sobre as principais questões envolvidas na revisão do Plano Diretor pelo olhar de quem opera na ponta da administração municipal.

Durante o processo de trabalho, serão realizadas ao menos seis (06) Oficinas Técnicas com a ETM. Tais oficinas têm o objetivo de, periodicamente, se ter momentos de avaliação das atividades realizadas e projeção das subseqüentes. Ao mesmo tempo, são momentos que poderão ser destinados ao aprofundamento das discussões em relação a temas que se mostrarem prioritários ou de maior complexidade na

realidade de Porto Velho. As oficinas serão conduzidas com a utilização de técnicas que permitam a ampla participação dos integrantes da ETM e possibilitem simultaneamente abordagem conceitual de determinados temas e análise de situações concretas vivenciadas pelos participantes.

Além das oficinas técnicas a serem realizadas presencialmente, em Porto Velho, o IBAM manterá um ambiente de virtual de comunicação com os membros da ETM. Esse ambiente virtual permitirá aos participantes ter acesso antecipado a documentos ou textos antes da realização dessas oficinas, de modo a que cada um possa se preparar para atividade, bem como permitirá que desdobramentos de cada oficina sejam compartilhados com o conjunto dos participantes.

A boa integração entre equipe do IBAM e ETM resultará no cumprimento de alguns objetivos:

- garantir a realização do cronograma acordado entre as partes;
- criar condições para o levantamento das informações necessárias à realização do trabalho;
- facilitar a compreensão das questões prioritárias envolvidas na revisão do Plano Diretor e leis urbanísticas complementares;
- monitorar os resultados parciais do trabalho e garantir a incorporação das demandas e questões apresentadas pelos atores sociais;
- facilitar o relacionamento entre a equipe do IBAM e o Conselho Municipal da Cidade.

Apesar do papel central a ser desempenhado pela ETM, é desejável que técnicos dos diversos setores da Prefeitura, mesmo que não integrantes da Equipe Técnica Municipal, sejam convidados a participar das principais atividades, sempre que possível, a fim de que atuem como elos entre a revisão do Plano Diretor e suas áreas de atuação temática ou setores da Administração Municipal.

1.3. Mobilização social e processo participativo

A partir da Constituição Federal de 1988 a ampliação da participação social nos processos decisórios se constituiu como novo paradigma para a concepção e formulação de políticas públicas. O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), em seu Artigo 2º inciso II, determina que a *“gestão democrática por meio da participação popular”* é prerrogativa na *“formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”*. Desta forma, a mobilização da sociedade e o engajamento dos diversos atores sociais nas políticas públicas são fundamentais para o aprimoramento da gestão democrática.

Seja em obediência às determinações legais, seja em consonância com os princípios metodológicos adotados pelo IBAM, a revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho deverá realçar as oportunidades de participação social como elemento fundamental para assegurar a transparência, legitimidade e visibilidade dos processos de trabalho ora propostos. Vale ressaltar que a estratégia de participação prevista neste Plano de Trabalho poderá ser revista e ampliada, de acordo com o andamento e eficácia das atividades realizadas.

Assim, pretende-se que o desenho do processo de trabalho aqui proposto possa promover e assegurar a participação da sociedade em todas as fases do processo de revisão do Plano Diretor. Além da participação direta nas discussões do Plano Diretor e legislação urbanística, o processo participativo deverá orientar também a avaliação do atual sistema de planejamento territorial e urbano e a definição de diretrizes e mecanismos, se necessário, para se avançar na gestão democrática da cidade.

O processo participativo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho tem por objetivos:

- criar espaços de diálogo junto aos diferentes atores da sociedade;
- contribuir para o fortalecimento da cultura participativa no planejamento e gestão da cidade e do território;
- promover a transparência da gestão pública;

- fortalecer o Conselho Municipal da Cidade (ConCidade) como espaço de representação social e discussão da política urbana.

A estratégia de mobilização social e de condução do processo participativo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho envolve alguns componentes, a seguir destacados:

a) Mobilização Social e Divulgação

A Oficina Técnica 1 com a ETM, realizada em 11/04/2018, teve como um dos temas de discussão exatamente as estratégias de mobilização social e de divulgação do processo de revisão do Plano Diretor para estimular a participação da população, tanto na Sede Municipal como nos Distritos.

Como possibilidades de ações de comunicação foram apontadas algumas que começarão a ser postas em prática pela própria ETM, com apoio do IBAM quando for o caso. São elas:

- Criação da logomarca da revisão do Plano Diretor pela coordenação da ETM.
- Criação de um site na internet específico do Plano Diretor, com um link na página web da Prefeitura, onde serão publicados todos os produtos decorrentes do processo de trabalho, informações úteis a quem desejar entender um pouco melhor sobre Plano Diretor e legislação urbanística, e as datas dos eventos públicos a serem realizados.
- Utilização de recursos de *media* local (jornais, rádios, tv, etc.) a serem acionadas pela ETM para promoção de discussão de temas relacionados à cidade e ao planejamento urbano.
- Emissão de Boletins informativos sobre o Plano Diretor, o que pode ser muito útil, sobretudo para divulgação de audiências públicas.
- Outros recursos de publicidade, tais como *outdoors*, cartazes e folders, a serem produzidos pela própria Prefeitura Municipal.

Essas ações serão complementadas por outras a serem definidas durante o próprio processo. Mas paralelamente, é importante a ETM mobilizar a própria rede de servidores municipais, em especial da saúde, da educação e os administradores regionais para apoiar na mobilização social.

b) Conselho Municipal da Cidade (ConCidade)

O ConCidade tem um papel central no processo de revisão do Plano Diretor e da legislação urbanística, não apenas como órgão de acompanhamento do processo de trabalho, mas também no papel de provocar as pautas que devem ser discutidas e ainda na própria mobilização dos diferentes segmentos sociais ali representados.

Durante as visitas técnicas da coordenação da equipe do IBAM a Porto Velho se deverá prever encontros com ConCidade para apresentação e discussão dos trabalhos em andamento. Paralelamente, o ConCidade deverá estabelecer uma agenda própria de discussões temáticas ou setoriais que agreguem reflexões e demandas à revisão do Plano Diretor.

O ConCidade deverá, ainda, participar juntamente com a ETM da organização da Conferência Municipal da Cidade, prevista para ser realizada na última fase de revisão do Plano Diretor.

c) Oficinas Comunitárias Distritais

As Oficinas Comunitárias Distritais serão eventos que promoverão consultas e diálogos nos bairros do Distrito Sede e nos demais Distritos, conduzidos pela equipe da Prefeitura e ETM. A definição dos grupos de bairros no Distrito Sede e a abordagem dos demais Distritos do Município será definida pela ETM, com apoio da equipe técnica do IBAM, se necessário. A princípio, para realização de oficinas comunitárias, bem como das Audiências Públicas, os Distritos serão agrupados por região: Alto, Médio e Baixo Madeira,

Destaca-se que as reuniões e oficinas nos bairros do Distrito Sede e nos demais Distritos serão realizados diretamente por membros da ETM, sem necessariamente participação de representantes da equipe do IBAM, que, por sua vez, deverá fornecer elementos e instruções para condução técnica dessas atividades.

d) Audiências Públicas

As Audiências Públicas são momentos especiais da revisão do Plano Diretor e legislação urbanística de Porto Velho, porque marcam os momentos chaves do processo. As rodadas de Audiências Públicas consistem na realização de eventos tanto na sede Municipal como em sedes de distritos. De acordo com a dinâmica proposta, a partir da segunda fase do processo de revisão do Plano Diretor, em cada uma será realizada uma rodada de Audiências Públicas, da seguinte forma:

- Primeira Rodada de Audiências Públicas 1 (Fase 2): apresentação dos resultados e debates sobre a análise temática integrada, baseada nas leituras técnicas e comunitárias, segundo os eixos temáticos previstos;
- Segunda Rodada de Audiências Públicas 2 (Fase 3): apresentação e discussão das diretrizes e propostas para uma Cidade Sustentável;
- Audiência Pública 3 (Fase 4): apresentação e discussão do Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do Plano.

e) Conferência Municipal

Na última fase, após entrega dos anteprojetos de lei consolidados pela equipe do IBAM, será realizada a Conferência Municipal que analisará as minutas e providenciará os devidos encaminhamentos. A equipe do IBAM poderá participar da Conferência Municipal para apresentar os anteprojetos de lei e prestar os devidos esclarecimentos.

f) Câmara de Vereadores

A Câmara de Vereadores deve ser convidada a participar de todas as atividades do processo de revisão do Plano Diretor, uma vez que os resultados deste trabalho serão projetos de lei a serem analisados e votados pelo Poder Legislativo. É essencial que

os vereadores acompanhem todo o processo, uma vez que os anteprojetos de lei consolidam resultados de discussões realizadas ao longo de um ano.

Durante as visitas da coordenação da equipe técnica do IBAM a Porto Velho, poderão ser agendadas atividades na Câmara de Vereadores para eventuais esclarecimentos sobre o processo de trabalho ou para discussão de temas específicos, conforme as necessidades que se apresentem.

2. ORGANOGRAMA

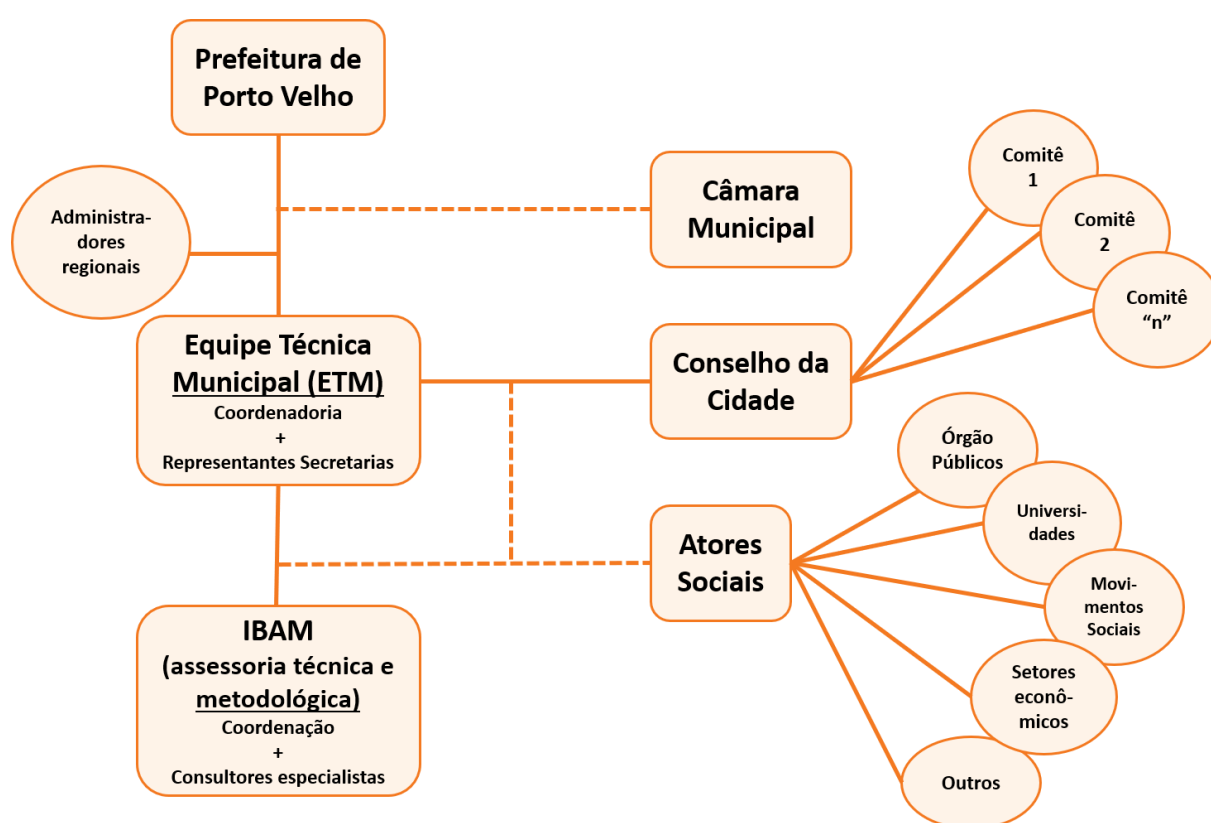
A organização do processo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho é ilustrada no organograma a seguir. Destaca-se que a liderança do processo cabe à Prefeitura Municipal, tendo a Equipe Técnica Municipal (ETM) como organismo central que articula todos as secretarias, órgãos públicos e privados. Dentro da estrutura administrativa da Prefeitura, os Administradores Regionais terão papel de destaque, pois deverão ser os elos de articulação entre os Distritos e a ETM, ao longo do processo de trabalho.

A Câmara Municipal integra o organograma uma vez que ao final do processo de trabalho os anteprojetos de lei serão submetidos àquela Casa Legislativa. Independentemente dos ritos que norteiam a tramitação dos anteprojetos, é fundamental que a Câmara Municipal seja atuante e participativa dos eventos e reuniões e acompanhe o processo de revisão do Plano Diretor desde o seu início.

A equipe do IBAM é responsável pelo apoio técnico e metodológico, produção técnica, orientações e recomendações para condução do processo participativo pela ETM.

Ao lado da ETM, o Conselho da Cidade, além de atuar como órgão de acompanhamento dos trabalhos, deve participar das discussões e apoiar na mobilização social. Deve se valer também de seus Comitês para tratar de temas

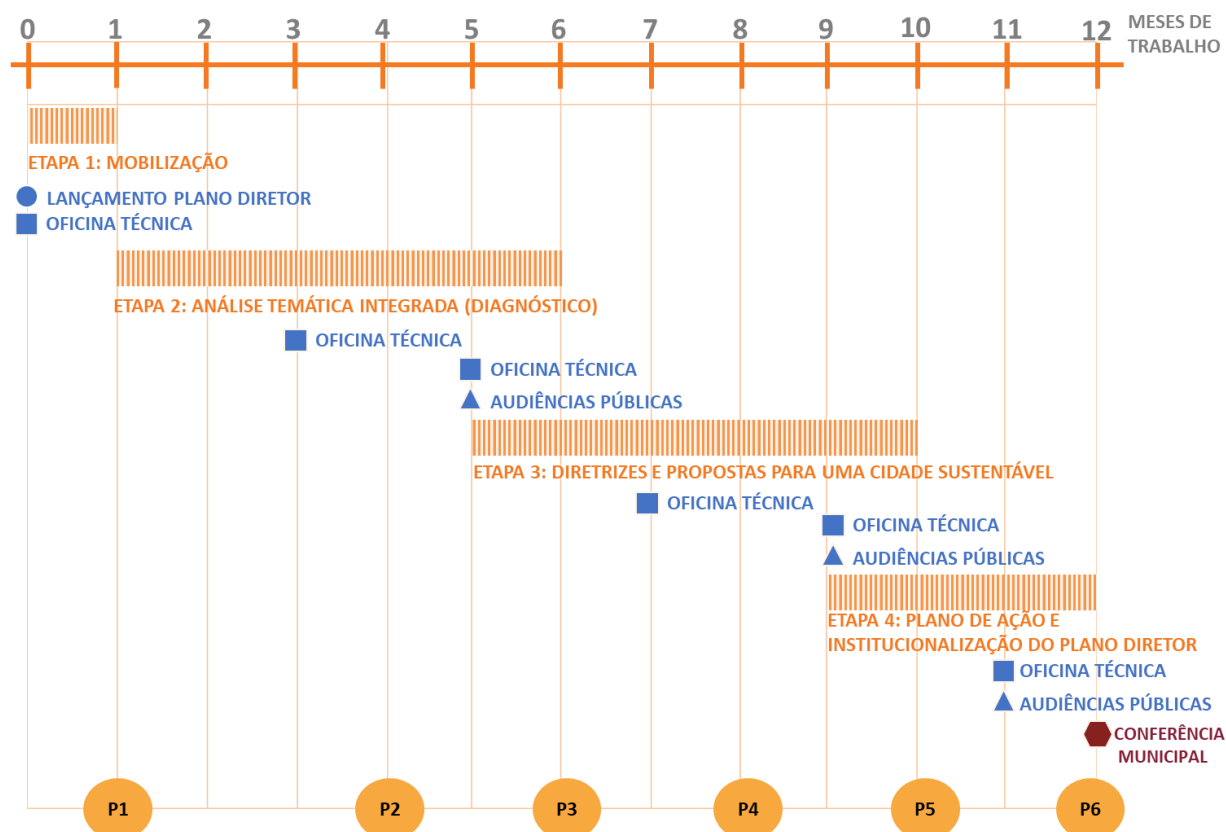
específicos de interesse para a revisão do Plano. Apesar da relevância do Conselho da Cidade, entende-se que a participação social deve ser mais ampla. Por essa razão, o processo de trabalho buscará mobilizar outros atores sociais, não representados no Conselho da Cidade, que certamente podem contribuir de forma relevante para a revisão do Plano Diretor. Tais como, órgãos públicos, universidades, movimentos sociais, representantes de setores econômicos dentre outros.



3. FASES E ATIVIDADES

O processo de revisão do Plano Diretor e da legislação urbanística complementar envolve 4 (quatro) fases a serem executadas ao longo de 1 (um) ano. Em todas as fases, serão realizadas Oficinas Técnicas com a ETM e a partir da segunda fase serão realizadas as Audiências Públicas, para apresentação de resultados parciais e finais do trabalho. Ao longo dos trabalhos serão apresentados 6 (seis) produtos pelo IBAM.

O diagrama abaixo mostra de forma esquemática as quatro (4) fases do processo, os principais eventos e os momentos de entrega dos seis (6) produtos.



Além dos eventos indicados, serão realizadas reuniões de alinhamento e consolidação da respectiva fase, com as equipes do IBAM e da ETM, durante as visitas técnicas, assim como reuniões de coordenação entre as equipes, de modo a garantir o pressuposto da interlocução permanente ao longo do processo de trabalho.

O item 5 deste Plano de Trabalho apresenta o Cronograma Físico detalhado, que deve ser adotado como referência para monitoramento da execução das atividades previstas.

Logística para realização dos eventos:

A logística para realização de todos os eventos é de responsabilidade do Município e compreende:

- a) Publicação oficial de convocação e expedição de convites para associações representativas dos vários segmentos sociais;
- b) Divulgação dos eventos (mídia local, internet, redes sociais) produção e reprodução de material de divulgação para a população, entidades de classe e associações representativas dos vários segmentos sociais;
- c) Disponibilização dos conteúdos temáticos elaborados pela consultoria;
- d) Disponibilização de espaços e preparação de locais para realização das reuniões, oficinas e Audiências Públicas previstas neste Plano de Trabalho, adequados para o público estimado;
- e) Disponibilização de equipamentos, tais como computadores, projetores, telas de projeção, fotográficos, para filmagem e gravação, microfones, caixas de som, dentre outros, com o respectivo apoio de pessoal para seus funcionamentos;
- f) Deslocamentos da ETM e do ConCidade para os eventos;
- g) Registro de presenças em cada evento;
- h) Sistematização de resultados das Oficinas Comunitárias Distritais;
- i) Gravação e elaboração de atas das Audiências Públicas.

3.1. FASE I: MOBILIZAÇÃO

A Fase de Mobilização foi iniciada em 2 de abril de 2018, com trabalhos internos tanto do IBAM como da Prefeitura Municipal. Foi dedicada à mobilização das equipes técnicas do IBAM e da Prefeitura, à formação da ETM, à solicitação de informações preliminares para detalhamento do Plano de Trabalho e realização da Oficina Técnica 1.

- 1) Mobilização da Equipe Técnica do IBAM para condução dos trabalhos sob a responsabilidade do Instituto. Foram selecionados dez profissionais em diversas

especialidades, como Arquiteto Urbanista, Engenheiro Mecânico, Ambiental, Bióloga, Assistente Social e Geógrafo, que serão responsáveis pelas diversas áreas temáticas desta revisão do Plano Diretor. Estão previstas as funções de Supervisão e Coordenação Técnica, além de consultores temáticos para revisão do Código de Obras e Edificações, Mobilização Social, Gestão Ambiental, Saneamento Básico, Gestão de Resíduos Sólidos, Clima Urbano, Estudos urbanísticos, Cartografia e Sistema de Informações Geográficas

- 2) Mobilização da Equipe Técnica Municipal (ETM) e demais órgãos e secretarias envolvidos no trabalho. Foi publicado no Diário Oficial do Município de Porto Velho dia 19 de abril de 2018 a designação da ETM (<https://www.portovelho.ro.gov.br/uploads/leisdom/2/1524174788dom-5678-19-04-2018.pdf>);

3.1.1. Atividades principais:

Nesta fase ocorre a primeira visita técnica do IBAM ao Município, além do lançamento público do processo de revisão do Plano Diretor, realização de oficina e reuniões iniciais com a ETM, com o Conselho da Cidade e com Presidentes de Bairros. A equipe do IBAM e a ETM definem a relação preliminar de dados, informações e documentos que deverão ser fornecidos pelas várias Secretarias Municipais para subsidiar os trabalhos em curso.

Visita Técnica 1 - Na semana de 9 a 13 de abril de 2018 foi realizada a primeira visita técnica do IBAM ao Município de Porto Velho. As atividades realizadas nessa ocasião estão documentadas no Anexo 3 deste Plano de Trabalho e consistiram em:

- Visita de campo para reconhecimento da Cidade.
- Lançamento público do processo de revisão do PDPV. No dia 10 de abril de 2018, foi realizado o evento público de lançamento oficial do PDPV, da qual participaram o Prefeito Municipal, Secretarias Municipais, representantes de diversos órgãos e instituições, o Superintendente Geral do IBAM, e demais interessados. Foi apresentada, pela equipe do IBAM, a concepção do processo de trabalho a ser desenvolvido.

- Oficina Técnica 1. Atividade conduzida pelo IBAM e dirigida à ETM, a oficina teve por objetivo promover a integração entre as equipes, o nivelamento conceitual, a coleta de informações e o levantamento das principais questões municipais e urbanas que impactam no desenvolvimento local. A atividade consistiu em debates orientados sobre o processo de construção da revisão do Plano Diretor, alternando atividades em grupos e atividades em plenária. Os resultados obtidos são apresentados no Anexo 3 deste documento.
- Reunião com os Presidentes de Associações de Bairros. O evento marcou o início do processo de mobilização social e de discussões sobre temas relevantes na realidade de Porto Velho. Contou com a presença de vários presidentes de associações, que apresentaram demandas e conflitos encontrados em seus bairros. Foram relatadas preocupações com o avanço das ocupações sobre áreas de preservação permanente, em especial no entorno de nascentes de águas minerais, questões relacionadas às áreas de invasão, à regularização fundiária e aos vazios urbanos, dentre outros temas.
- Reunião com o Conselho da Cidade. Foi feita apresentação inicial do processo de trabalho e aberta a palavra ao plenário para esclarecimentos sobre o conteúdo apresentado e discussão de temas que deverão ser enfrentados na revisão do Plano Diretor. Dentre os temas levantados pelos conselheiros, destacam-se: os vazios urbanos na cidade; a expansão urbana desordenada na margem esquerda do Rio Madeira; as consequências provocadas pelo represamento parcial do leito do Rio Madeira (alagamento, intensificação de processos erosivos e assoreamento); efeitos das mudanças climáticas no município; a necessidade de construção de um aterro sanitário no município e regulamentação profissional dos catadores de materiais recicláveis.
- Reunião com Administradores Regionais de Porto Velho. Momento de apresentação do processo de trabalho aos Administradores Regionais e discussão do seu papel na revisão do Plano Diretor. Os Administradores Regionais apresentaram brevemente seus distritos e questões afetas ao Plano Diretor com as quais lidam no cotidiano. Dentre os assuntos abordados,

destacam-se questões relacionadas à regularização fundiária, à demarcação territorial dos distritos, à ausência de instrumentos legais e código de postura para os distritos, à necessidade de hospital regional para distritos mais distantes da capital, entre outras.

- Reuniões com órgãos públicos detentores de informações relevantes para o processo de construção desta Revisão do Plano Diretor. Foi realizada visita ao CENSIPAM (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, do Ministério da Defesa), quando foram apresentados os produtos desenvolvidos pelo Sistema de Proteção à Amazônia (SIPAM), todos disponibilizados no site <http://www.sipam.gov.br/>. Destaca-se o importante acervo de informações relativo ao monitoramento de chuvas e mapeamento de áreas afetadas por alagações. Além das informações contidas no sítio eletrônico, o órgão se dispôs a fornecer arquivos/dados nos formatos que poderão ser solicitados pela equipe revisora do PDPV. Também foi realizada uma visita ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), quando foram fornecidas informações sobre o patrimônio histórico existente em Porto Velho e, mais especificamente, o patrimônio tombado pela União: patrimônio ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (complexo da orla do Rio Madeira), Cemitério da Candelária e as Três Caixas d'água.
- Reunião de consolidação. A reunião foi realizada ao final da visita, entre os técnicos do IBAM e da ETM. Nessa ocasião, foi feito um balanço das atividades desenvolvidas na semana e solicitado pelo IBAM à ETM e às Secretarias Municipais, informações e dados relevantes para análise temática integrada e elaboração do diagnóstico. (Anexo 3)

3.2. FASE II: ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

A segunda fase consiste na elaboração do diagnóstico que embasará as diretrizes e propostas, tanto para revisão do Plano Diretor quanto da legislação urbanística complementar. O processo de construção se desenvolve em diferentes frentes de trabalho, na forma de análises temáticas e estudos técnicos, a saber:

- a) levantamentos e organização de dados e informações, dentre os quais estão aqueles a serem fornecidos pela ETM e Secretarias;
- b) consolidação de bases cartográficas nas escalas do Município e da área urbana;
- c) análise crítica do Plano Diretor do Município, da legislação urbanística vigente e dos processos de gestão urbana;
- d) entrevistas com atores-chave, representantes de entidades públicas e privadas;
- e) elaboração de estudos técnicos setoriais, socioambientais e de processos estruturantes do desenvolvimento urbano;
- f) discussões com grupos sociais organizados, setores estruturados da economia e a sociedade de modo geral;
- g) análises integradas da realidade municipal;
- h) realização de visitas de campo.

O Diagnóstico - Análise Temática Integrada - será apresentado em formato preliminar para discussão e aperfeiçoamento, como Produto 2 e, posteriormente, de forma consolidada, como Produto 3.

Observa-se que não se deve pretender que o diagnóstico seja uma peça excessivamente descritiva. Pelo contrário, deve ser um documento que aponte para as questões críticas e potencialidades do Município de Porto Velho. É a compreensão dessas que possibilitará a construção de propostas que tenham aderência à realidade e necessidades locais. Assim, o diagnóstico, ele mesmo, já terá caráter propositivo. E, da mesma forma, ao se avançar na elaboração de propostas na fase seguinte, se poderá retornar ao diagnóstico para aprofundamento na análise ou complementação de informações sobre determinados aspectos.

Paralelamente ao desenvolvimento dos trabalhos técnicos e aos diálogos com a sociedade durante o processo de revisão do PDPV e legislação urbanística complementar, as equipes dos IBAM e da Prefeitura deverão conjunta e

permanentemente avaliar as práticas de gestão urbana municipais, visando à identificação dos gargalos e ao aperfeiçoamento das condições para implementação da política urbana em Porto Velho e seus Distritos.

Em linhas gerais, a análise temática integrada que comporá o diagnóstico deverá abordar os seguintes aspectos:

- Planejamento e gestão urbana do Município;
- Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos;
- Uso e ocupação atual do solo, inclusive nos Distritos e nas áreas rurais;
- Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos;
- Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos;
- Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, em especial saneamento básico;
- Condições gerais de moradia e fundiárias;
- Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana;
- Capacidade de investimento do Município;
- Estrutura e funcionamento dos Conselhos Municipais existentes.

Os aspectos acima relacionados compõem o conteúdo temático básico a ser abordado no diagnóstico preliminar, devendo ser confirmado no próprio processo de trabalho, podendo, eventualmente, ser reorganizado no diagnóstico consolidado.

3.2.1. Atividades principais:

Na segunda fase de trabalho serão realizadas três (3) visitas técnicas, duas (2) oficinas técnicas, duas (2) reuniões técnicas preparatórias, uma (1) rodada de oficinas comunitárias distritais e a 1ª rodada de audiências públicas. Tanto as oficinas comunitárias como as audiências públicas a serem realizadas nos distritos deverão

ser conduzidas pela ETM, podendo contar com a participação de membros da equipe do IBAM, quando as agendas de trabalho em campo forem compatíveis. A estruturação dessas atividades será orientada pela equipe do IBAM e seus resultados integrados ao processo de trabalho.

Em cada visita técnica está prevista uma reunião de alinhamento no início das atividades, entre as equipes do IBAM e ETM, e também entrevistas e reuniões com atores-chave/sociais, representantes de entidades públicas e privadas, a serem agendadas previamente pela ETM.

Visitas Técnica 2 (maio/2018)

- Reunião de alinhamento entre as equipes do IBAM e ETM.
- Reunião Técnica Preparatória 1, cujo objetivo é estruturar as Reuniões Comunitárias nos Distritos e no Distrito Sede.
- Discussão de estratégias para divulgação dos eventos
- Levantamentos de campo, entrevistas e reuniões com atores sociais.

1ª Rodada de Oficinas Comunitárias Distritais (maio/junho/2018) - Essas oficinas, sob a condução da ETM, serão agrupadas em Alto, Médio e Baixo Madeira, além do Distrito Sede. Têm por objetivo mobilizar a sociedade, informar os objetivos da importância da participação social, divulgar as fases do processo de revisão do PDPV e captar as demandas sociais das populações e associações representativas nos diversos distritos. O resultado dessas oficinas será sistematizado pela ETM e servirá como subsídio para o diagnóstico e para as propostas na revisão do Plano Diretor.

Visita Técnica 3 (junho/2018)

- Reunião de alinhamento entre as equipes do IBAM e ETM.
- Oficina Técnica 2 – Reúne as equipes do IBAM e da ETM para análise crítica do Plano Diretor de Porto Velho e avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana municipal.
- Levantamentos de campo, entrevistas e reuniões com atores sociais.

Elaboração do Diagnóstico Preliminar. Este documento incorpora os estudos técnicos e o resultado da 1ª Rodada de Oficinas Comunitárias Distritais. Será publicado para ser apresentado e discutido na 1ª rodada de Audiências Públicas.

Entrega do Produto 2 - Diagnóstico Preliminar, incorporando os resultados da 1ª rodada de Audiências Públicas.

Visita Técnica 4 (julho/2018)

- Reunião de alinhamento entre as equipes do IBAM e ETM.
- Reunião Técnica Preparatória 2 - voltada para a estruturação da 1ª rodada de Audiências Públicas, com a participação da ETM e do ConCidade.
- Oficina Técnica 3 – Reúne as equipes do IBAM e da ETM para apresentação, discussão, aprofundamento e aperfeiçoamento do Diagnóstico Preliminar.
- Levantamentos de campo, entrevistas e reuniões com atores sociais.

1ª Rodada de Audiências Públicas no Distrito Sede e nos demais Distritos, conforme agrupamento definido: Alto, Médio e Baixo Madeira a ser conduzida pela ETM. A equipe do IBAM participará da Audiência Pública no Distrito Sede. Nesses eventos será apresentado e discutido o Diagnóstico Preliminar. As contribuições recebidas nesses eventos serão insumos para consolidação do diagnóstico e formulação de propostas preliminares. A ETM fará a sistematização dos resultados das audiências realizadas nos Distritos.

Após as audiências nos Distritos, será realizada uma Reunião de Consolidação da Fase II, com as equipes do IBAM e de coordenação da ETM para um balanço geral do processo de trabalho, particularmente das audiências públicas, e encaminhamentos para a sequência de atividades.

3.3. FASE III: DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

Fase dedicada à elaboração de cenários e diretrizes para uma cidade sustentável e à formulação, discussão e validação das propostas de revisão do Plano Diretor e da legislação urbanística. Compreende também as propostas básicas para regulamentação de instrumentos jurídicos-urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade aplicáveis no Município de Porto Velho.

O desenvolvimento dessa fase compreende um momento inicial dedicado à formulação de diretrizes e propostas preliminares que alimentarão os debates. O momento seguinte será de consolidação das diretrizes e propostas que efetivamente orientarão a revisão da legislação urbana de Porto Velho.

As propostas a serem desenvolvidas tratarão, em especial, das diretrizes de reordenamento territorial e para garantia do direito à cidade sustentável, do macrozoneamento Municipal, aí incluídos os Distritos, das diretrizes de parcelamento do solo urbano, do zoneamento urbano, incluindo a revisão de parâmetros urbanísticos aplicáveis, e da revisão do Código de Obras e Edificações.

No que diz respeito aos instrumentos urbanísticos-jurídicos do Estatuto da Cidade, as propostas deverão, a princípio, abranger bases para aplicação dos instrumentos que se mostrem adequados à realidade de Porto Velho:

- Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios / IPTU Progressivo no Tempo (cuja regulamentação dependerá das informações/cadastrados existentes – ou a serem produzidos pela Prefeitura Municipal durante o processo de revisão do Plano Diretor – sobre vazios urbanos e imóveis subaproveitados);
- Transferência do Direito de Construir (caso se confirme a pertinência de aplicação no Município);

- Direito de Preempção (a ser trabalhado na forma de um modelo básico a ser adaptado pelo Município no momento de aplicação);
- Estudo de Impacto de Vizinhança (que deve ser regulamentado dentro da Lei Uso e Ocupação do Solo Urbano);
- Operação Urbana Consorciada (a ser trabalhada apenas conceitualmente, uma vez que o desenho da operação depende do projeto urbano a ser implementado e de uma série de estudos específicos relativos ao caso concreto).

3.3.1. Atividades principais:

Nesta fase estão previstas duas (2) visitas técnicas, duas (2) oficinas técnicas, duas (2) reuniões técnicas preparatórias para a 2ª rodada de oficinas comunitárias e 2ª rodada de Audiências Públicas no Distrito Sede e demais Distritos, conforme agrupamento definido: Alto, Médio e Baixo Madeira.

Em cada visita técnica está prevista uma reunião de alinhamento no início das atividades entre as equipes do IBAM e ETM.

Visita Técnica 5 (setembro /2018)

- Reunião de alinhamento entre as equipes do IBAM e ETM.
- Levantamentos de informações complementares.
- Oficina Técnica 4 - Reúne as equipes do IBAM e da ETM para apresentar e discutir os cenários e diretrizes preliminares para a revisão do PDPV, Macrozoneamento, normatização dos instrumentos urbanísticos-jurídicos do Estatuto da Cidade, Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento e Código de Obras e Edificações.
- Reunião Técnica Preparatória 3, para alinhamento de conteúdo e logística para a 2ª rodada de Oficinas Comunitárias Distritais.
- Reunião de Coordenação e Consolidação.

2ª Rodada de Oficinas Comunitárias Distritais, conforme agrupamentos definidos: Alto, Médio e Baixo Madeira será conduzida pela ETM e os seus resultados, sistematizados pela ETM, servirão como subsídio para a formulação de diretrizes e propostas preliminares para o PDPV.

Elaboração das Diretrizes e Propostas Preliminares, pelo IBAM.

Entrega do Produto 4 - Diretrizes e Propostas Preliminares

Elaboração das Diretrizes e Propostas Consolidadas, pelo IBAM

Publicação do documento para a Audiência Pública, pela Prefeitura.

Visita Técnica 6 (novembro /2018)

- Reunião de alinhamento entre as equipes do IBAM e ETM.
- Oficina Técnica 5 – Reúne as equipes do IBAM e da ETM para apresentação e discussão sobre as diretrizes e propostas para a revisão do PDPV, os instrumentos jurídicos-urbanísticos, a legislação urbana, a revisão de parâmetros urbanísticos e o código de obras e edificações.
- Reunião Técnica Preparatória 4, para estruturação da 2ª rodada de Audiências Públicas.

2ª Rodada de Audiências Públicas, sob a condução da ETM nos Distritos e participação da equipe do IBAM no Distrito Sede, voltada à apresentação e discussão das diretrizes e propostas para o PDPV, legislação urbanística complementar e instrumentos urbanísticos.

O resultado das discussões e contribuições da Audiências Públicas nos Distritos será sistematizado pela ETM e utilizado pelo IBAM na consolidação das propostas.

Entrega do Produto 5- Diretrizes e Propostas

3.4. FASE IV: PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Após a realização da 2ª rodada de Audiências Públicas e consolidação do documento de diretrizes e propostas, terá início a etapa final do trabalho, quando tais propostas serão trabalhadas na forma de anteprojetos de lei.

O documento final conterá, além dos anteprojetos de lei, um Plano de Ação e Investimentos (PAI) com indicação de ações e investimentos prioritários para implementação do Plano Diretor.

Deve-se considerar que a elaboração do PAI dependerá de informações a serem produzidas e fornecidas pela Prefeitura, notadamente no que diz respeito a critérios para estimativa de custos das ações previstas, fontes de recursos e indicação de responsáveis.

Observa-se que se trata de um momento de formatação dos entendimentos que já terão sido alcançados nas fases anteriores, cabendo à Prefeitura avaliar na ocasião a necessidade e pertinência de realização tanto de oficinas comunitárias como de Audiências Públicas. As atividades de discussão pública ampliada deverão privilegiar esclarecimentos e validação de parâmetros urbanísticos propostos e critérios de aplicação dos instrumentos jurídicos-urbanísticos. E o processo de trabalho será concluído com a realização de uma Conferência Municipal da Revisão do Plano Diretor, quando as propostas de anteprojetos de lei deverão ser apresentadas pela equipe do IBAM.

3.4.1. Atividades principais:

Na última fase dos trabalhos ocorrem duas (2) visitas técnicas. Estas visitas são iniciadas por uma reunião de alinhamento, entre as equipes do IBAM e ETM. Realiza-se a oficina técnica 6 e a reunião técnica preparatória 5, ambas voltadas para a Audiência Pública 3.

Visita Técnica 7 (janeiro /2019)

- Reunião de alinhamento entre as equipes do IBAM e ETM.
- Oficina Técnica 6 - Reúne as equipes do IBAM e da técnicos na ETM – Nesta Oficina será apresentado o Plano de Ação e Investimentos (PAI), os Anteprojetos de lei do PDPV, Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento, Código de Obras e Edificações e de Reorganização do Conselho Municipal da Cidade, além das bases para institucionalização dos instrumentos urbanísticos-jurídicos do Estatuto da Cidade e dos parâmetros para revisão dos trâmites para as atividades relacionadas ao licenciamento - uso e ocupação do solo urbano e dos códigos de obra e de posturas.
- Reunião Técnica Preparatória 5, para estruturação da Audiência Pública 3.
- Reunião de consolidação entre as equipes do IBAM e ETM.
- Publicação, pela Prefeitura, do documento de referência para a Audiência Pública 3.

Audiência Pública 3 no Distrito Sede, sob a condução da ETM e participação da equipe do IBAM, cujo objetivo é apresentar e prestar esclarecimentos sobre os projetos de Lei de Revisão do PDPV, os relativos à legislação urbanística complementar e as ações e investimentos prioritários para implementação do PDPV.

Visita Técnica 8 (fevereiro/2019)

- Reunião de Coordenação, entre as equipes do IBAM e ETM, de alinhamento e para a realização da Conferência Municipal;
- **Conferência Municipal** para pactuação do PDPV, quando será apreciado pelos participantes a síntese dos anteprojetos de lei de revisão do PDPV, das leis urbanísticas complementares e o PAI. Devem participar deste evento a ETM, representantes do Poder Executivo e Legislativo, Ministério Público, população e associações representativas da sociedade.
- Reunião de Consolidação para encerramentos dos trabalhos.

Consolidação do Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do PDPV.

Entrega do Produto 6, que corresponde à entrega dos anteprojetos de lei.

4. PRODUTOS

A elaboração dos produtos previstos nesta proposta obedece à lógica da aproximação sucessiva, onde os resultados alcançados em cada fase são sistematizados preliminarmente em documentos de referência para validação com a equipe local - constituindo o conjunto de produtos que serão entregues -, alimentando de forma evolutiva o processo de trabalho até a consolidação de todos os resultados no produto final, em justificativa das propostas e sua configuração na forma jurídica.

Nas quatro (4) etapas do processo de revisão do PDPV estão previstos seis (06) produtos, ao longo de doze (12) meses, de acordo com as descrições a seguir.

PRODUTO 1: Plano de Trabalho

Documento contendo os principais elementos técnicos e o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas durante o processo de revisão do Plano Diretor e legislação urbanística complementar. O documento explicita a metodologia a ser adotada no processo de trabalho e apresenta o cronograma físico de execução. Integram ainda este produto, a programação e o material utilizado da Oficina Técnica 1 com a ETM e marcará a conclusão da primeira fase, de mobilização.

PRODUTO 2: Diagnóstico Preliminar

Documento contendo, ainda em versão preliminar, os principais elementos da análise temática integrada, considerando tanto o trabalho técnico desenvolvido como as discussões com a sociedade. O conteúdo desse produto será trabalhado,

eventualmente complementado e formatado adequadamente para ser apresentado na Audiência Pública 1, realizada na Sede e nos demais Distritos.

PRODUTO 3: Diagnóstico Consolidado

Documento final de diagnóstico, abrangendo todos os aspectos trabalhados na forma de análise temática integrada e incorporando contribuições da Audiência Pública 1, realizada na Sede e nos demais Distritos.

PRODUTO 4: Propostas preliminares

Documento contendo, ainda em versão preliminar, as propostas de revisão do Plano Diretor e legislação urbanística complementar. O conteúdo desse produto será trabalhado, eventualmente complementado e formatado adequadamente para ser apresentado na Audiência Pública 2.

PRODUTO 5: Propostas Consolidadas

Documento final de propostas, abrangendo a estrutura dos anteprojetos de lei, definições conceituais e as bases do macrozoneamento Municipal, do zoneamento urbano e da aplicação dos instrumentos jurídicos-urbanísticos do Estatuto da Cidade.

PRODUTO 6: Anteprojetos de Lei do Plano Diretor e das Legislações Urbanísticas Complementares.

Trata-se do documento final a ser apresentado pelo IBAM, da seguinte forma:

- Anteprojeto de lei do Plano Diretor;
- Anteprojeto de lei do Parcelamento do Solo Urbano;
- Anteprojeto de lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- Anteprojetos de lei (ou modelos de Anteprojetos de Lei) dos instrumentos jurídicos-urbanístico aplicáveis ao Município;
- Anteprojeto de lei do Código de Obras e Edificações;
- Anteprojeto de lei de Reorganização do Conselho Municipal da Cidade;

- Proposta de ato normativo para instituição da revisão dos trâmites para licenciamento das atividades relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano e dos códigos de obra e de posturas.

Observa-se que alguns conteúdos poderão ser eventualmente agrupados em um mesmo anteprojeto de lei, caso essa solução se mostre adequada. Quanto aos instrumentos jurídicos-urbanísticos aplicáveis ao Município, alguns deles podem depender da produção de informações específicas por parte da ETM. Na hipótese das informações disponíveis não permitirem a consolidação das propostas de regulamentação desses instrumentos para sua aplicação, serão propostos modelos que poderão ser posteriormente adaptados quando todos os dados e informações estiverem disponíveis.

Concluído o processo de trabalho, o IBAM desenvolverá um produto complementar, que consiste em uma publicação que incluirá resultados do diagnóstico, propostas comentadas e projetos de lei².

5. CRONOGRAMA FÍSICO

O Cronograma, a seguir, apresenta de forma detalhada as etapas, as atividades, os períodos e as datas das respectivas atividades a serem realizadas ao longo do processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho.

² A publicação poderá incluir as leis aprovadas, caso a aprovação das mesmas ocorra no prazo de vigência do contrato.

[illegible]

ANEXO 1:

Currículos da equipe técnica do IBAM

Ricardo Moraes

Supervisor Técnico de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - IBAM/DUMA

Formação:

- Graduação: Arquitetura e Urbanismo, Universidade Gama Filho/UGF - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAU. Rio de Janeiro/RJ -1982.
- Pós-Graduação: Metodologias para o Desenvolvimento Municipal e Urbano. CEMUAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal/IBAM, Rio de Janeiro/RJ - 1988.

Qualificação:

Experiência em planejamento e projetos de arquitetura e obras desde 1979. Experiência como gestor público local na Prefeitura Municipal de Dourados/MS no período 1982-1987 nos setores de Planejamento Urbano (planejamento e gestão/plano diretor e legislação urbanística), Cadastro Imobiliário (recadastramento, mapeamento e informatização) e Gabinete do Prefeito (formulação e avaliação de leis e decretos). Experiência em consultorias para o desenvolvimento ambiental urbano local no Instituto Brasileiro de Administração Municipal/IBAM, integrante do quadro técnico da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente/DUMA desde 1989, atualmente Supervisor Técnico do conjunto de trabalhos técnicos e pelo apoio gerencial à Superintendência DUMA. Temas focais: planejamento e gestão ambiental urbana, planos diretores e legislação urbanística, mobilidade e acessibilidade urbanas, conforto ambiental urbano no cenário das mudanças climáticas

Henrique Gaspar Barandier

Coordenador Técnico

Formação:

- Arquiteto Urbanista, FAU/UFRJ em 1995.
- Doutor em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ em 2015, com estágio doutoral no LATS/ENPC, Université Paris-Est. Tese: Negligência Urbanística e Projeto Urbano na Cidade do Rio de Janeiro.
- Mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro/PROURB/FAU/ UFRJ em 2003.

Qualificação:

Experiência profissional de mais de 20 anos na área de planejamento e projeto urbano, com ênfase em política urbana, planos diretores e legislação urbanística; áreas centrais e patrimônio histórico e cultural; regularização urbanística e fundiária. É consultor técnico do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) desde 2003, integrando, desde janeiro de 2016, o quadro de funcionários do Instituto. Foi Coordenador de Ensino de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da ENSUR/IBAM (Escola Nacional de Serviços Urbanos) de 2006 a 2010. É pesquisador/colaborador do Laboratório de Projetos Urbanos do PROURB/UFRJ desde 1996. Tem experiência em coordenação de projetos, em participação de equipes multidisciplinares, processos participativos de planejamento, organização de eventos técnicos e científicos. Premiado pelo IAB-RJ (Instituto de Arquitetos do Brasil) em 2009 na categoria Patrimônio Cultural. Segundo colocado, na categoria Tese de Doutorado, no Prêmio IPP/Maurício de Abreu da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para dissertações e teses sobre a cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana aprovadas entre 2015 e 2017.

William Resende

Assistente de Coordenação / Consultor para Mobilização Social

Formação:

- Engenheiro Mecânico, UFRJ em 1976.
- Especialista em Políticas Públicas em 1998, EPPG/UFRJ.

Qualificação:

Experiência desde 1997 em gestão pública na área de planejamento urbano, meio ambiente, assistência social, segurança pública e finanças públicas. É consultor técnico do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) desde 2015. Foi Secretário de Planejamento em Barra Mansa e Nova Iguaçu, sub-secretário de Planejamento do Estado do Rio, Coordenador do PronasciRJ. Tem experiência em coordenação de projetos, em participação de equipes multidisciplinares, e processos participativos de planejamento.

Maria Beatriz Gandolfi Dallari

Assistente de Coordenação / Consultora em Gestão Ambiental

Formação:

- Bacharel em Ciências Biológicas (IB/USP, 1998).
- Especialização em Análise e Avaliação Ambiental (PUC/RJ, 2006).

Qualificação:

Experiência profissional de 18 anos em análise e avaliação de impacto ambiental para clientes públicos e privados em várias tipologias de empreendimentos, em diversos Estados, cobrindo todos os ecossistemas brasileiros. Experiência no relacionamento com o cliente e com agências ambientais, bem como em coordenação de equipe, tendo sido responsável pela supervisão e gerenciamento de grupos, incluindo trabalhos de campo e de escritório. Experiência em diversas áreas ambientais da Petrobras entre 2006 e 2010 e entre 2013 e 2016, como destaque para a supervisão de campo para a implantação dos programas e condicionantes ambientais requeridos no processo de licenciamento ambiental, bem como no acompanhamento da execução de Estudos de Impacto Ambiental. Consultora do IBAM desde 2016, onde atua no campo da gestão ambiental e do licenciamento ambiental municipal.

Márcia Costa Alves da Silva

Consultora de Capacitação

Formação:

- Psicologia (UGF-1988) e Direito (UNESA-2005).
- Mestre em Administração (UNESA -2006).
- Especialista em Recursos Humanos (FGV-1991).
- Especialização em Gestão Educacional (UFF – em andamento).

Qualificação:

Coordenadora de Ensino no Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, onde atua no planejamento, implantação e avaliação de programas e projetos de educação presencial e a distância. Participa como coordenadora e/ou especialista em projetos de modernização administrativa particularmente em Gestão de Pessoas, Gestão por Competências, Educação Corporativa, Desenvolvimento Gerencial e de Equipes, Responsabilidade Social e Políticas Públicas Setoriais. Como docente possui experiência em

cursos de graduação, pós-graduação e técnico-profissionais. É autora e colaboradora na produção de conteúdos técnicos para cursos de MBA a distância; orientadora de monografias / TCC e integrante de banca examinadora em cursos de pós-graduação; avaliadora de artigos submetidos em congressos no tema educação ambiental.

Eliana Santos Junqueira de Andrade

Consultora em Habitação e Regularização Fundiária

Formação:

- Arquiteta Urbanista, FAU/USU em 1975.
- Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, FAU/UFF em 2011. Dissertação de mestrado: Passos e descompassos da política habitacional no Brasil: uma análise crítica da implantação do Programa Minha casa Minha Vida na Cidade do Rio de Janeiro.
- Especialização em Preservação Ambiental das Cidades. Instituto Metodista Bennett em 2002.

Qualificação:

Experiência profissional de mais de 40 anos na área de habitação, planejamento urbano, planos diretores e legislação urbanística; implementação de planos, programas e projetos habitacionais e de regularização urbanística e fundiária. É colaboradora e consultora técnica do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) desde 2003. Foi professora da ENSUR (Escola Nacional de Serviços Urbanos) de 2007 a 2009. Foi Consultora do Programa Habitar Brasil - BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para apoio a municípios na implementação dos Planos Estratégicos Municipais para Assentamentos Subnormais - PEMAS - em 2002. Foi Coordenadora de Planejamento e Fomento, na Secretaria Municipal de Habitação do Município da Cidade do Rio de Janeiro (PMCRJ) de 1997 a 2001. Gerente Operacional de Programas Habitacionais e Chefe de Divisão de Habitação Popular no Estado do Rio de Janeiro da CAIXA (Caixa Econômica Federal) de 1986 a 1997. Foi Gerente de Programas Habitacionais e Assessora Especial da Agência Regional do BNH (Banco Nacional da Habitação) de 1976 a 1986. Tem experiência em gerenciamento de programas, coordenação de projetos, participação de equipes multidisciplinares, processos participativos de planejamento, organização de eventos técnicos.

Patrícia Finamore

Consultora em Saneamento Básico

Formação:

- Engenheira Ambiental, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2009.
- Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/FAU/UFRJ), desde 2018.
- Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) em 2011.

Qualificação:

Experiência profissional na área de engenharia sanitária, com ênfase na gestão municipal dos serviços de saneamento, planos de saneamento básico; abastecimento de água, esgotamento sanitário e programas de resíduos sólidos. Atuou como engenheira da

Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) de 2011 a 2016, sendo responsável pela supervisão de obras civis e avaliação de projetos básicos e executivos de engenharia, pela condução de ações para a melhoria das condições sanitárias de comunidades tradicionais e de cooperação técnica para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Desde 2016 é consultora técnica do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), atuando na elaboração de instrumentos de planejamento, sempre com o viés do saneamento básico, no desenvolvimento de programas de resíduos sólidos e na assessoria técnica a municípios do Bioma Amazônia. É colaboradora do Laboratório de Estudos das Águas Urbanas (LEAU) do PROURB/UFRJ. Tem experiência em participação de equipes multidisciplinares e processos participativos de planejamento.

Karin Segala

Consultora em Gestão de Resíduos Sólidos

Formação:

- Graduação: Assistente Social pela Sociedade Universitária Augusto Mota/SUAM, Rio de Janeiro. (1980).
- Especialização: em Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, na modalidade Educação a Distância totalizando 300 horas/estudo, ministrado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/ IBAM, com o patrocínio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República/SEDU/PR. Rio de Janeiro. (2003)
- Pós-Graduação: em Teoria e Prática do Meio Ambiente, na modalidade presencial totalizando 360 horas/aula, ministrado pelo Instituto Superior de Estudos da Religião/ISER. Rio de Janeiro. (1992).

Qualificação:

Desde 2001, Coordenadora de Projetos da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do IBAM, com a responsabilidade de coordenar equipes interdisciplinares para o desenvolvimento de projetos na área de saneamento básico e gestão de resíduos sólidos. Desenvolveu inúmeros projetos em resíduos sólidos de âmbito local, regional e internacional.

Luciana Hamada

Consultora em Clima Urbano e para revisão do Código de Obras e Edificações

Formação:

- Graduação: Arquitetura e Urbanismo FAU/Universidade Silva e Souza/RJ, 1997.
- Pós-Graduação: Mestre em Ciências da Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) - PROARQ/UFRJ, na área de concentração em Conforto Ambiental e Eficiência Energética.
- Pós-Graduada do Curso Intensivo de Pós-Graduação em Gestão de Projetos de Eficiência Energética (2015), promovido pela European Energy Manager - EUREM/COPPE-UFRJ/Câmara de Comércio e Indústria Brasil Alemanha/AHK.

Qualificação:

Desde 1997 integrante do quadro de funcionários do IBAM, é co-fundadora no Núcleo de Eficiência Energética da DUMA, desempenhando o apoio técnico e operacional nas ações de Gestão Energética Municipal, relacionadas à implementação da Metodologia de Elaboração de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica (PLAMGEs) nos Municípios da área de concessão das concessionárias de energia elétrica, no âmbito dos Programas de Eficiência Energética - PEE. Responsável pela coordenação e organização das oito edições do Prêmio PROCEL Cidade Eficiente em Energia Elétrica, realizadas ao longo da

parceria ELETROBRAS PROCEL e o IBAM. Responsável técnica na elaboração e divulgação dos Guias Técnicos publicados ao longo da parceria ELETROBRAS PROCEL e o IBAM. Responsável técnica pelo lançamento e pela consolidação dos trabalhos e do Escritório Técnico da Rede Cidades Eficientes em Energia Elétrica, criado em 1998. Contribui com a linha de trabalho Planos Diretores em estudos nos campos do conforto ambiental, clima urbano, mudanças climáticas e códigos de obras e edificações.

Eduardo Rodrigues Marins

Assessor Técnico, Cartografia e Sistema de Informações Geográficas

Formação:

- Geógrafo graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (bacharelado e licenciatura) em 2015.
- Especialização em Gestão Ambiental, ministrado pela Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro. Totalizando 360 horas/aula em 2017.
- Especialização em Geoprocessamento, ministrado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-Minas em 2018

Qualificação:

Durante a graduação, atuou na linha de pesquisa do Grupo de Estudos de Solos Tropicais (GESOLT) com ênfase na recuperação de áreas degradadas por mineração e no uso e cobertura do solo. Tem diversos cursos nas áreas de Geoprocessamento, Geotecnologia e Resíduos Sólidos. Assistente Técnico da área de Desenvolvimento Econômico e Social (DES) e da área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA) do Instituto Brasileiro da Administração Municipal (IBAM). Trabalha com geotecnologias na elaboração de material cartográfico, desenvolve e atualiza banco de dados em plataforma SIG, atuando principalmente em projetos com foco na gestão ambiental, sistema de informação geográfica, planejamento urbano, estudos socioambientais e desenvolvimento sustentável.

Jessica Ojana Araújo

Assessora Técnica, estudos urbanísticos

Formação:

- Arquiteta e Urbanista, formada na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2015.

Qualificação:

Com formação em arquitetura e urbanismo, participou de pesquisas sobre temas urbanos e sociais, nas áreas de habitação de interesse social, qualificação de espaços públicos e antropologia urbana. Possui experiência profissional na área de planejamento urbano, política urbana, planos diretores e boas práticas urbanas. Compõe a equipe do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) há 4 anos, atuando em projetos de planejamento urbano, estudos urbanos e mobilização social, prestando assistência à coordenação de projetos participando da produção de documentos técnicos.

Obs. A partir da Fase 2, outros perfis técnicos serão agregados à equipe, conforme as necessidades do desenvolvimento dos trabalhos.

ANEXO 2:

Ordem de Serviço



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO



ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2018

PROCESSO Nº: 05.00054-000/2017

CONTRATO Nº: 014/PGM/2018

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.489.165,00 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E OITENTA E NOVE MIL, CENTO E SESSENTA E CINCO REAIS)

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIAS – REVISÃO DO PLANO DIRETOR.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais e normas contidas no na Seção II, Art. 77 da Lei Complementar nº 648, de 06 de Janeiro de 2017, publicado no DOM nº 5.367 de 06 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o **INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM**, a iniciar os serviços de assessoria técnica ao processo de revisão do plano diretor municipal de Porto Velho e legislação urbanística complementar, a ser prestada por equipe multidisciplinar, visando à definição de objetivos, diretrizes e propostas de intervenção para o desenvolvimento municipal, para atender esta Secretaria, no município de Porto Velho-RO.

Art. 2º - Nos termos do contrato mencionado, celebrado entre o Município de Porto Velho, por intermédio desta Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG e a referida empresa, esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de assinatura do contrato.

Porto Velho, 2 de abril de 2018.



Luiz Guilherme Erse da Silva
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Recebido em 10/4/18
MIL
HENRIQUE BARANDIER
COORD. TÉCNICO/
IBAM



ANEXO 3:

Relatório de Atividades realizadas na 1ª Visita Técnica do IBAM ao Município de Porto Velho entre os dias 9 e 13 de abril de 2018.

1. ROTEIRO DA VISITA TÉCNICA

Membros da Equipe Técnica do IBAM

Henrique Barandier (Coordenador Técnico)

Willian Resende (Mobilização Social)

Maria Beatriz Dallari (Gestão Ambiental)

Pauta das atividades em campo:

- Reconhecimento da cidade
- Reuniões técnicas entre IBAM e Prefeitura
- Evento de lançamento da revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho
- Reunião com representantes de bairros e administradores regionais.
- Realização da Oficina 1 com a Equipe Técnica Municipal.

Programação

	09/4	10/4	11/4	12/4	13/4
M a n h ã	Reunião de equipe (IBAM)	Trabalho de campo (reconhecimento da cidade; entrevistas iniciais)	Oficina 1 (IBAM / ETM)	Reunião com Conselho da Cidade Reunião Técnica (IBAM/ETM)	Reunião de Coordenação (IBAM/SEMPOG) Reunião com Administradores Regionais Reunião Técnica de Consolidação (IBAM/ETM)
T a r d e	Reunião técnica de Alinhamento (IBAM / ETM)	Trabalho de campo (reconhecimento da cidade; entrevistas iniciais) <u>16h às 18h:</u> Reunião técnica de lançamento do contrato - Evento de Lançamento do Plano Diretor	Oficina 1 (IBAM / ETM)	Entrevista com técnicos do SIPAM (Sistema de Informações e Proteção da Amazônia) Entrevista com técnico do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)	Retorno da equipe do IBAM ao Rio de Janeiro

	09/4	10/4	11/4	12/4	13/4
N o i t e			Reunião com Presidentes de Bairros		

2. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A seguir, um breve relato e registro fotográfico das atividades desenvolvidas na primeira viagem da equipe do IBAM à Porto Velho, na Fase I - Mobilização para revisão do Plano Diretor:

ATIVIDADES DO DIA 9 DE ABRIL

Reunião técnica de alinhamento com o Secretário Luiz Guilherme Erse da Silva da SEMPOG – apresentação da equipe e dos princípios que devem nortear a construção da revisão do PD. Indicou que o PD deve orientar a elaboração das peças orçamentárias; que aspira ter um instrumento de planejamento para 10 anos; que é necessário um cronograma detalhado do processo de trabalho.

Reunião com equipe SEMPOG-DPGE na Sala de Situação: Apresentação das equipes, primeiras discussões sobre Porto Velho, estrutura da PMPV, PD em vigor.



Reunião SEMPOG e IBAM. Fotos: IBAM, 2018.

ATIVIDADES DO DIA 10 DE ABRIL

- Reconhecimento da cidade: Visitas às praças, áreas alagáveis (questões de macrodrenagem), ponte sobre o Rio Madeira, ocupação incipiente da margem esquerda, Vila de Santo Antônio, barragem, área central.



Vila de Santo Antônio



Porto Cai n'Água



Área alagada com construções precárias próxima ao acesso à ponte. Fotos: IBAM, 2018.

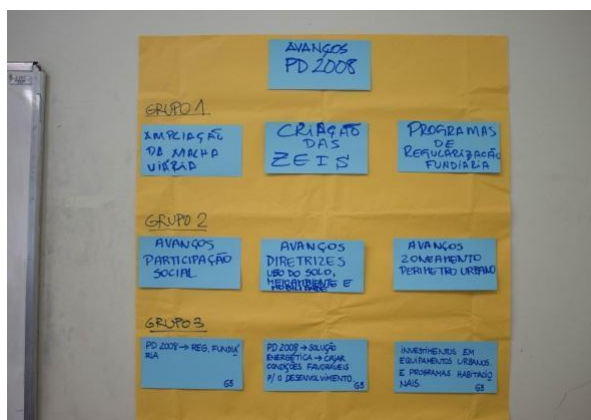
- **Evento Público de Lançamento do Processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Velho** com a presença do Prefeito Hildon Chaves, do Superintendente do IBAM Paulo Timm, de Secretários Municipais e da equipe técnica do IBAM. O evento ocorreu no Auditório da Biblioteca Municipal, onde falaram o Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão Luiz Guilherme Erse, o Superintendente Geral do IBAM Paulo Timm, o Coordenador Técnico da Equipe do IBAM, Henrique Barandier, a Secretária Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo Marcia Cristina Luna e o Prefeito Hildon Chaves.



Lançamento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor. Fotos: IBAM, 2018.

ATIVIDADES DO DIA 11 DE ABRIL

- Realização da Oficina Técnica 1 com a ETM, no Teatro Banzeiros, para nivelamento de informações e discussão de elementos para estruturação do processo de revisão do Plano Diretor.



Oficina 1 e sistematização dos resultados. Fotos: IBAM, 2018.

Os participantes foram divididos em três grupos para avaliar os avanços do atual Plano Diretor, de 2008, os principais desafios para sua revisão em 2018, indicarem os principais atores a serem mobilizados e os riscos ao processo de trabalho.

Para a sistematização dos resultados foi utilizada a metodologia de tarjetas, onde cada grupo propôs contribuições às discussões levantadas pelo moderador da Oficina.

Para o tema “**AVANÇOS DO PLANO DIRETOR de 2008**” as respostas foram:

GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3
- Ampliação da malha viária - Criação das zeis - Programas de regularização fundiária	- Avanços na participação social - Avanços nas diretrizes do uso do solo, meio ambiente e mobilidade - Avanços no zoneamento e perímetro urbano	- Regularização fundiária - Solução energética – condições favoráveis para o desenvolvimento - Investimentos em equipamentos urbanos e programas habitacionais

Para o tema “**DESAFIOS DO PD 2018**”, as respostas foram:

GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3
- Margem esquerda do rio madeira - Instrumentos para institucionalizar as políticas urbanas - Interação dos serviços de licenciamento - Ampliar o sentimento de pertencimento da população pela cidade	- Ausência de sistema integrado de informações municipais - Conter a expansão urbana - Atender todo o território	- Saneamento básico - Saúde / educação - Mobilidade urbana

Para o tema “**MAPEAMENTO DE ATORES**”, os grupos organizaram suas respostas a partir das seguintes categorias:

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO
Produto 1 – Plano de Trabalho

SETOR PÚBLICO	MOVIMENTOS SOCIAIS E ENTIDADES PROFISSIONAIS	SETORES ECONÔMICOS	ACADEMIA
- MP RO / TCE / ANTAQ - DNIT / DNPM – CPRM / IPHAN - DER / INFRAERO / SIPAM - IBGE / FUNASA / FUNAI - IBAMA / ICMBio / ANTT - SPU / INCRA / CONAB / EMATER / SEDAM	- FERROVIÁRIOS / KANINDÉ / KARIPUNA / RAIZA NATIVA - PASTORAL DA TERRA / JOCUM / ASSOC CULTURAIS E ÉTNICAS - ASSOC DOS PESCADORES / ASSOC DOS MORADORES DISTRITAIS - UEMP / CNP / HIP-HOP / COLETIVO POPULAR - MAB / ASPROVEL / FEDER / ASSOC DE BAIRROS - CAU / CREA / CRECI / OAB - SINDICATOS: SIMERO / SENGE / SINTERO / SINDEPROF	- SISTEMA S / CONSELHO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL - PORTO GRANELEIRO / CDL / FIERO - FECOMÉRCIO / SANTO ANTÔNIO – JIRAU - DISTRITO INDUSTRIAL - INCORPORADORAS E CONSTRUTORAS / SINDUSCON - CAIXA ECONÔMICA / CARTÓRIOS	- SEBASTIÃO VALADARES / HIST MATIAS / PALETÓ / IEDA - UNIR / IES / SIPAM - UNIR – DEPART DE GEOGRAFIA – HISTÓRIA – ENGENHARIA - MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL - IFRO

Para o tema “**RISCOS AO PROCESSO DE TRABALHO**” as respostas foram:

GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3
- FECOMERCIO / FIERO / SINDUSCON / CRC / CRECI - MPRO / CMPV / CONCIDADE	- Audiências públicas – cronologia, contrapropostas e mobilização - Divulgação - Não comprometimento da ETM - Consolidação dos dados secundários	- Rotatividade do grupo técnico - Sobrecarga de trabalho para os envolvidos no processo em função do acúmulo de atividades - Ausência de sistema integrado de informações / recurso financeiro disponível - Apoio logístico para desenvolvimento dos trabalhos nos distritos

- À noite, foi realizada reunião entre a ETM, IBAM e Presidentes dos bairros para apresentação da metodologia e cronograma de trabalho para revisão do Plano Diretor Participativo; escuta das principais questões urbanas que preocupam os moradores, e desafios para a revisão e implantação das decisões.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO
Produto 1 – Plano de Trabalho



Encontro de trabalho entre a ETM, IBAM e Presidentes dos bairros. Fotos: IBAM, 2018.

ATIVIDADES DO DIA 12 DE ABRIL

- Pela manhã, reunião no auditório da UNIR com o Conselho das Cidades de Porto Velho para apresentação da metodologia e planejamento das ações destinadas à revisão do Plano Diretor. Foram também apresentadas as questões essenciais ao sucesso do trabalho, por parte dos Conselheiros.



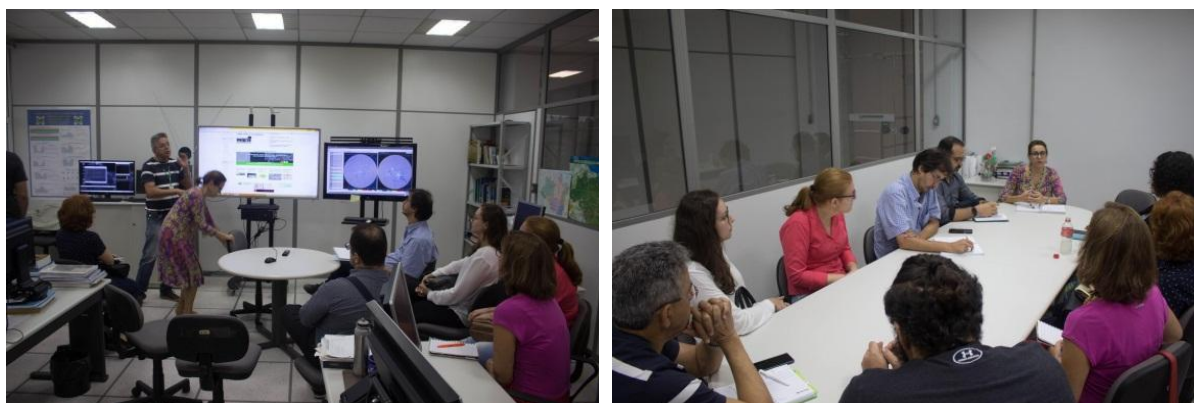
Reunião com o Conselho das Cidades de Porto Velho. Fotos: IBAM, 2018.

- Ainda pela manhã, a ETM e o IBAM reuniram-se para acordos dos documentos que cada secretaria deve providenciar para os trabalhos de revisão do Plano Diretor.



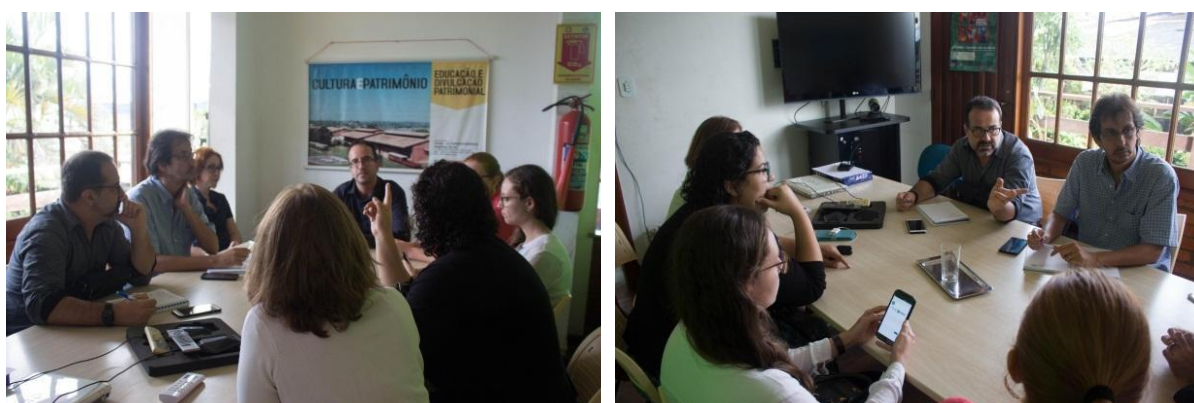
Reunião ETM e IBAM. Fotos: IBAM, 2018.

- À tarde, foi realizada uma reunião no SIPAM. Foi apresentado o trabalho de pesquisa realizado pela instituição, que tem foco nas bacias urbanas, sistema de monitoramento e de alerta para inundações. Várias bases de dados de mapas foram oferecidas para auxiliar no trabalho. O SIPAM tem já mapeado as manilhas e tubulações que inundam na área urbana e que devem ser adequadas para a vazão real. Não possuem dados para os distritos. Foi apresentada a página do programa, que possui dados públicos.



Reunião na SIPAM. Fotos: IBAM, 2018.

- Em seguida houve um encontro de trabalho no IPHAN, com o responsável do Órgão. Gilberto falou sobre as Caixas d'Água e sobre a EFMM, que são patrimônios culturais tombados pela União. Destacou que no Município não existe patrimônio estadual ou municipal tombado. Existe discussão para definir centro histórico.



Reunião no IPHAN. Fotos: IBAM, 2018.

ATIVIDADES DO DIA 13 DE ABRIL

- Pela manhã, reunião com Secretário Luis Guilherme Erse e ETM onde foi solicitada a apresentação do cronograma físico, para os ajustes por parte da SEMPOG. Reafirmado pelo Secretário os pontos mais relevantes do processo.



Reunião na SEMPOG. Fotos: IBAM, 2018.

- Em seguida realizou-se uma reunião com Administradores Regionais dos Distritos, com relatos dos cotidianos de suas atividades, assim como sua visão do papel de um PD que verse sobre a sede, mas também sobre os Distritos. Os relatos apontam pontos comuns, mas também as diferenças distritos ao longo da BR e no Baixo Madeira que tem forma de vida ribeirinha, extrativista, somente com acesso fluvial. Foram descritos os impactos causados pela barragem.



Reunião com Secretário Luis Guilherme e ETM. Fotos: IBAM, 2018.

- No fim da manhã, ocorreu a **reunião técnica de consolidação** com a Coordenadoria da ETM. Foram discutidos os próximos passos, organização dos trabalhos, e fluxos internos de cada secretaria.

3. APRESENTAÇÕES

A seguir, são disponibilizadas as apresentações feitas pelo IBAM nos eventos da Visita Técnica 1.



2018

REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR

PLANO DIRETOR - FUNDAMENTOS

**Constituição
Federal de 1988
(Capítulo da
Política Urbana –
arts. 182 e 183)**

**Estatuto da
Cidade (Lei
Federal
10.257/2001)**

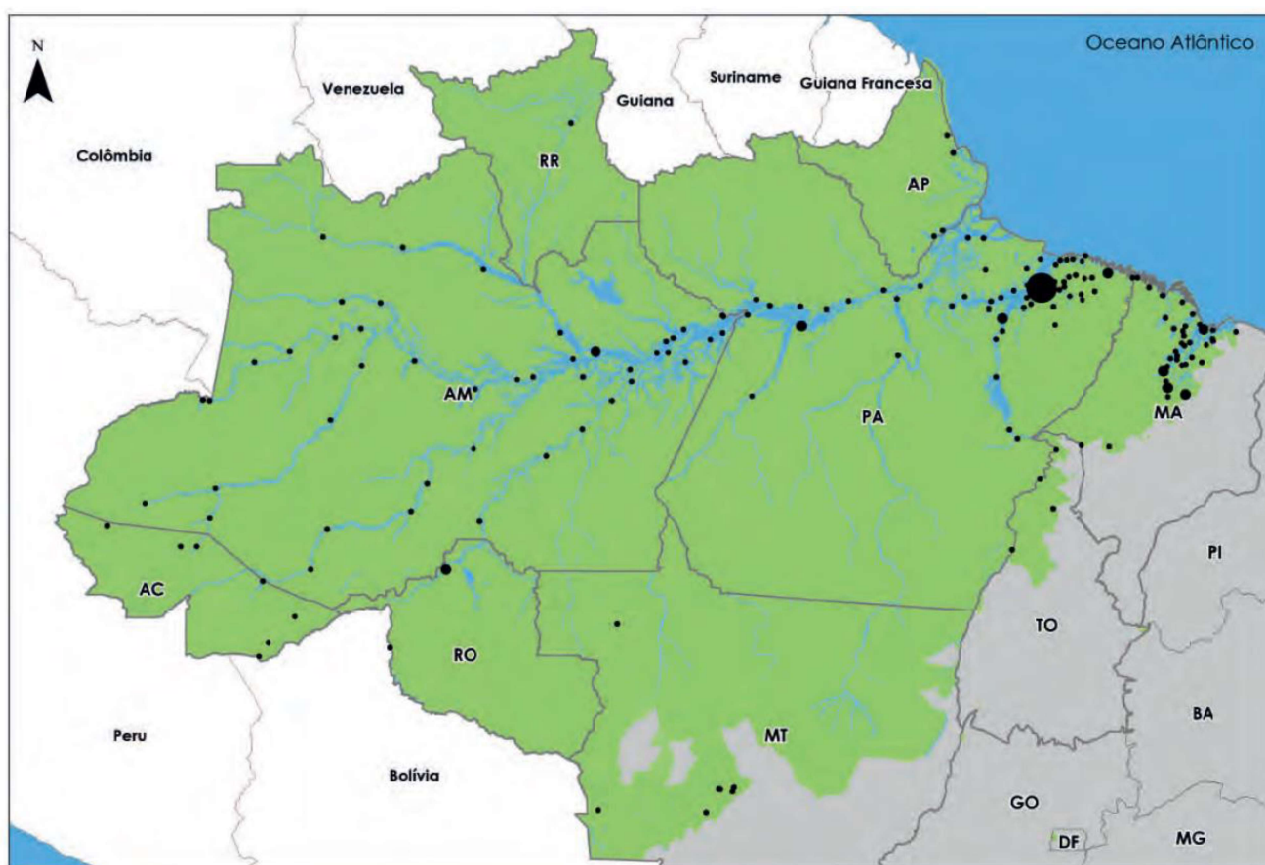
- o direito a cidades sustentáveis;
- a afirmação do princípio da função social da cidade e da propriedade urbana;
- a utilização compulsória de imóveis vazios ou subutilizados em áreas urbanas bem infraestruturadas (questão pertinente sobretudo às cidades de maior porte, grandes metrópoles e municípios metropolitanos);
- a regularização fundiária de interesse social;
- a redistribuição dos ônus e bônus da urbanização e a recuperação dos investimentos públicos em infraestrutura;
- a participação e o controle social na formulação e na implementação da política urbana.

PLANOS DIRETORES – PÓS ESTATUTO DA CIDADE

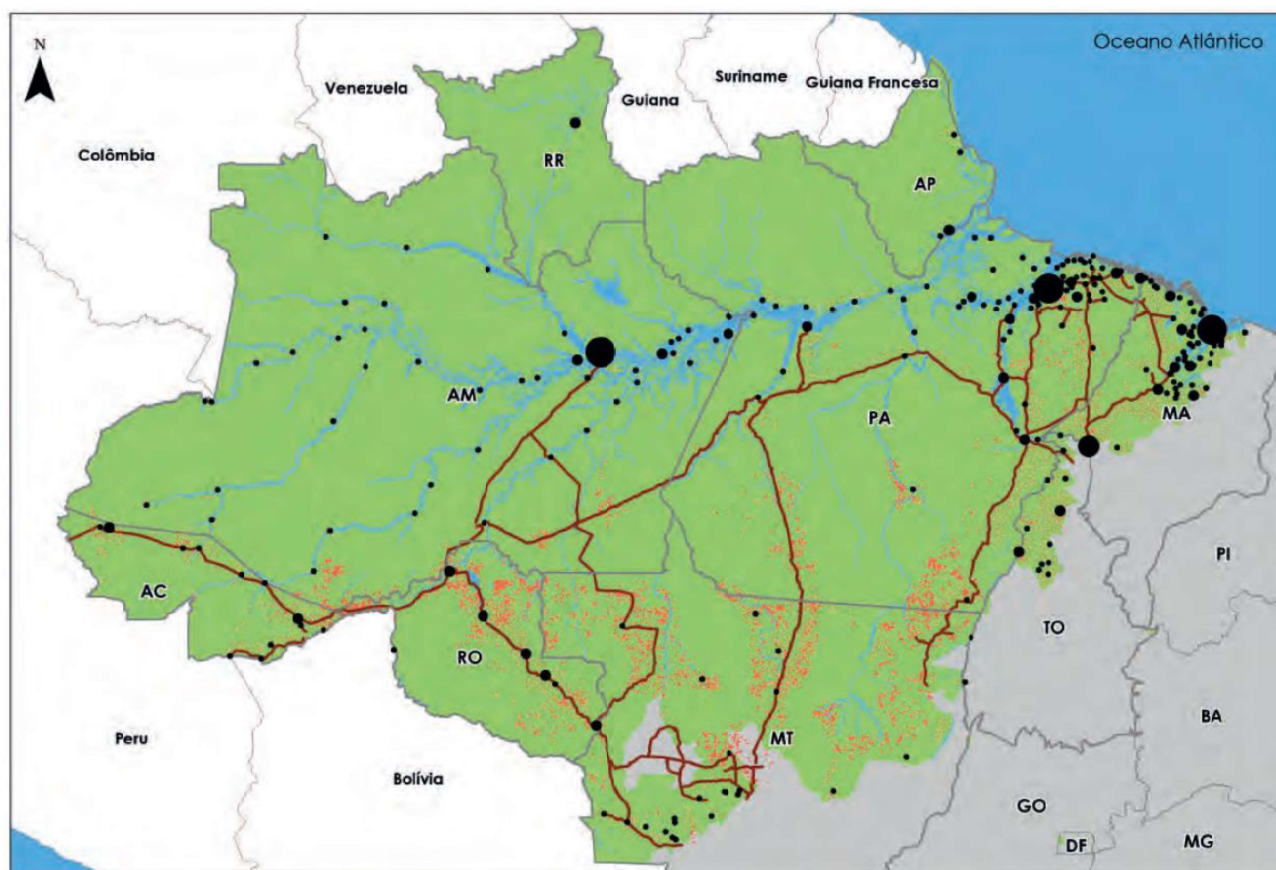
Em linhas gerais,

- Aderem (formalmente) às diretrizes do Estatuto da Cidade, mas não detalham as condições de implementação dos instrumentos urbanísticos
- Ainda que concebidos sob a ótica da sustentabilidade ambiental urbana, as cidades permanecem sendo construídas segundo lógicas excludentes
- Permanecem frágeis os sistemas de planejamento e gestão urbana da grande maioria dos municípios
- Em geral, as propostas do plano diretor não encontram rebatimento no PPA
- Os PDs não foram capazes de mudar verdadeiramente práticas de gestão

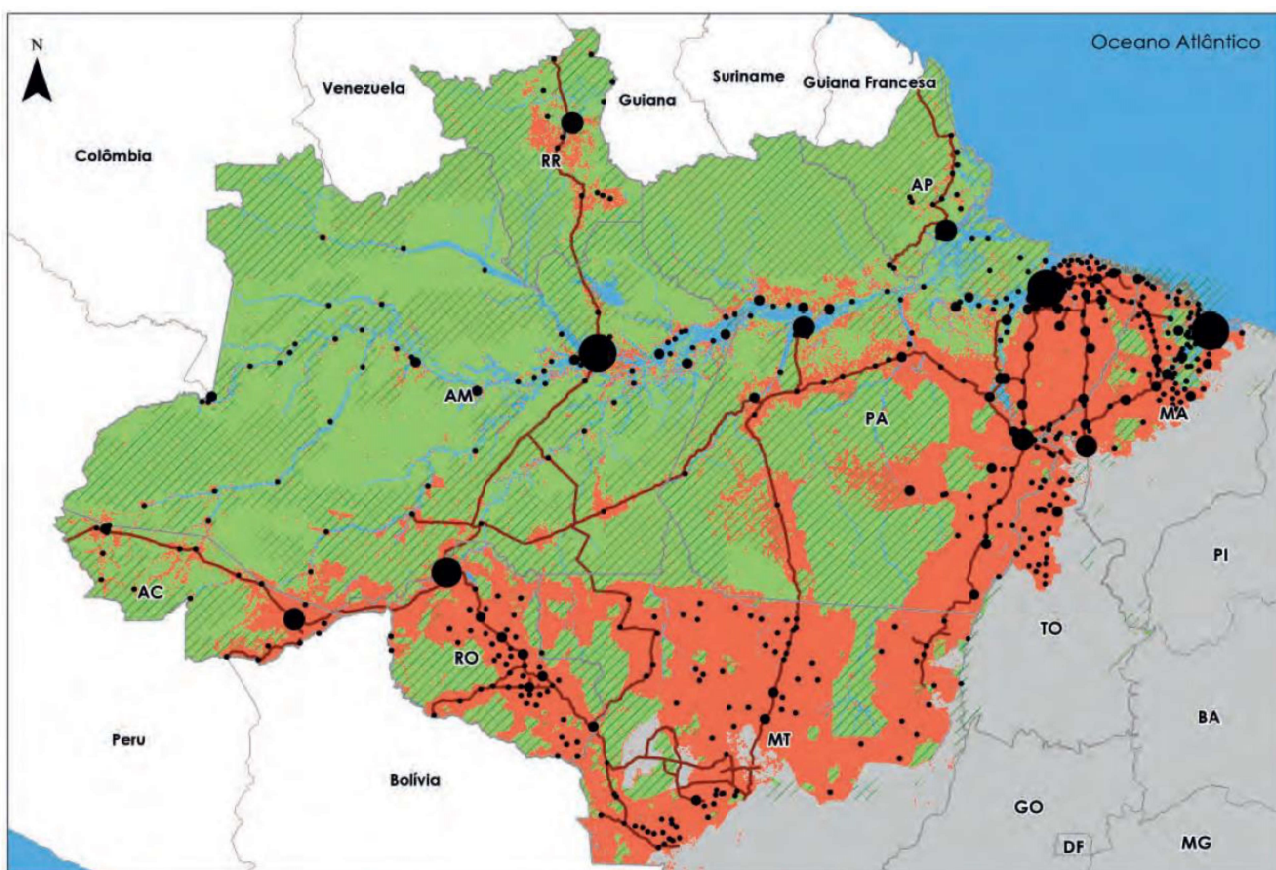
PLANOS DIRETORES NA AMAZÔNIA



PLANOS DIRETORES NA AMAZÔNIA



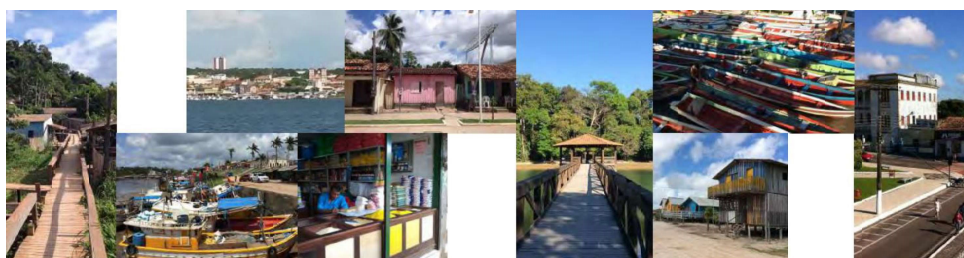
PLANOS DIRETORES NA AMAZÔNIA



PLANOS DIRETORES NA AMAZÔNIA

Algumas questões para reflexão:

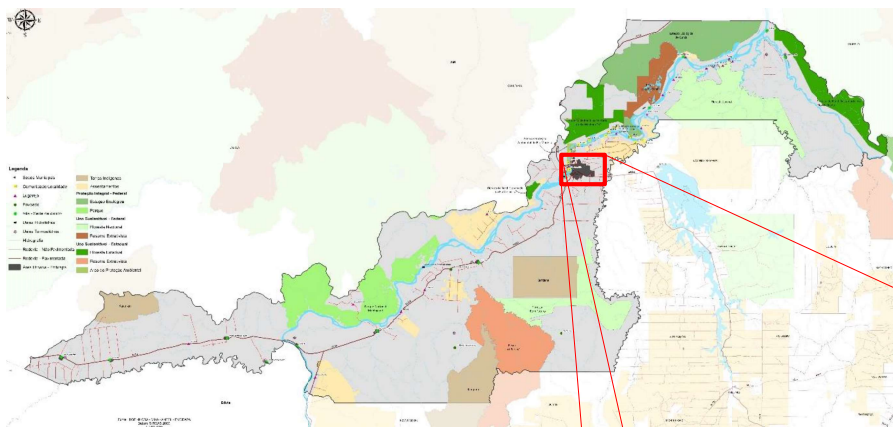
- Plano Diretor: não se aplica porque é desatualizado ou se desatualiza porque não é aplicado?
- Perímetro urbano: expandir ou reduzir?
- Como lidar com ocupações urbanas em APPs?
- Estatuto da Cidade: é aplicável nas cidades amazônicas?
- Como pensar, no Plano Diretor, o território municipal?
- Como as mudanças climáticas incidem no município?
- Como enfrentar as questões ambientais no município?
- Como pensar estratégias de desenvolvimento local que contribuam para redução de desigualdades e para a proteção do bioma?



amazônia

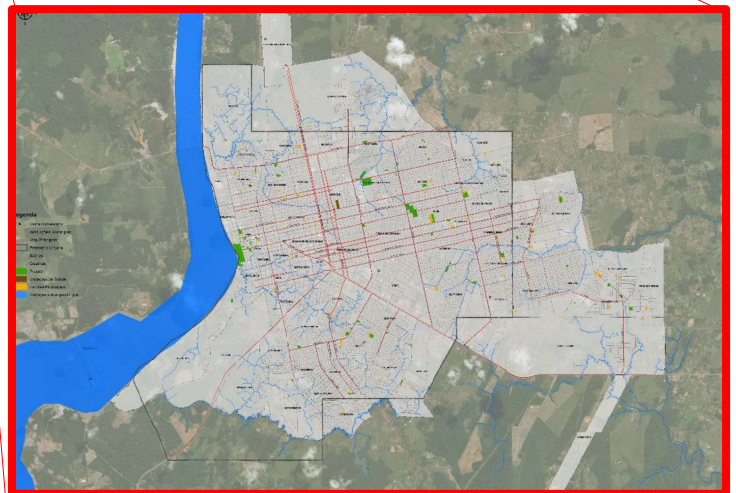
plano diretor municipal e gestão do território



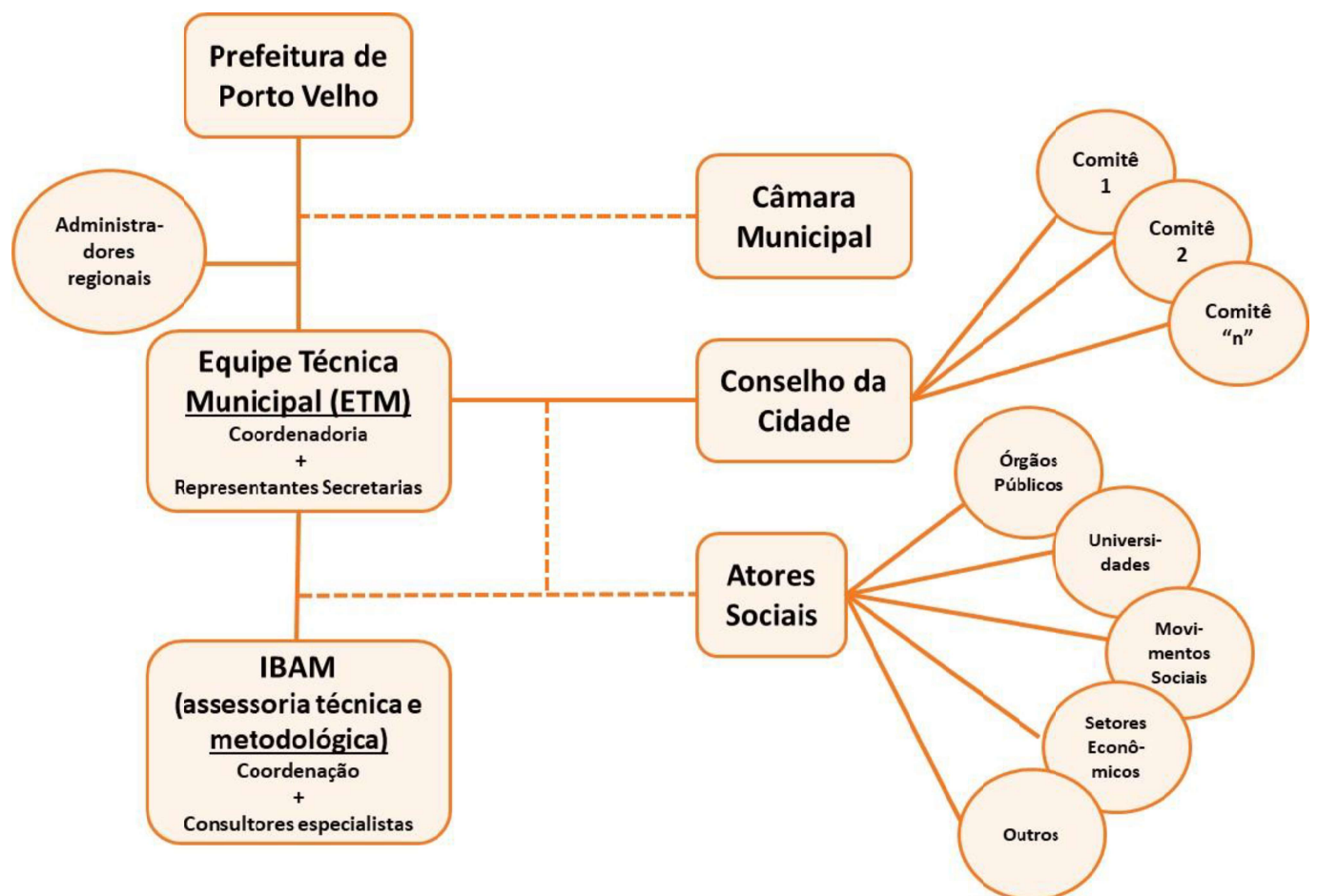


MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

ÁREA URBANA DE PORTO VELHO (SEDE)



ORGANIZAÇÃO PARA O TRABALHO



PRODUTOS (ASSESSORIA IBAM)

Anteprojeto de Lei do Plano Diretor de Porto Velho

Anteprojeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

Anteprojeto de Lei do Código de Obras e Edificações

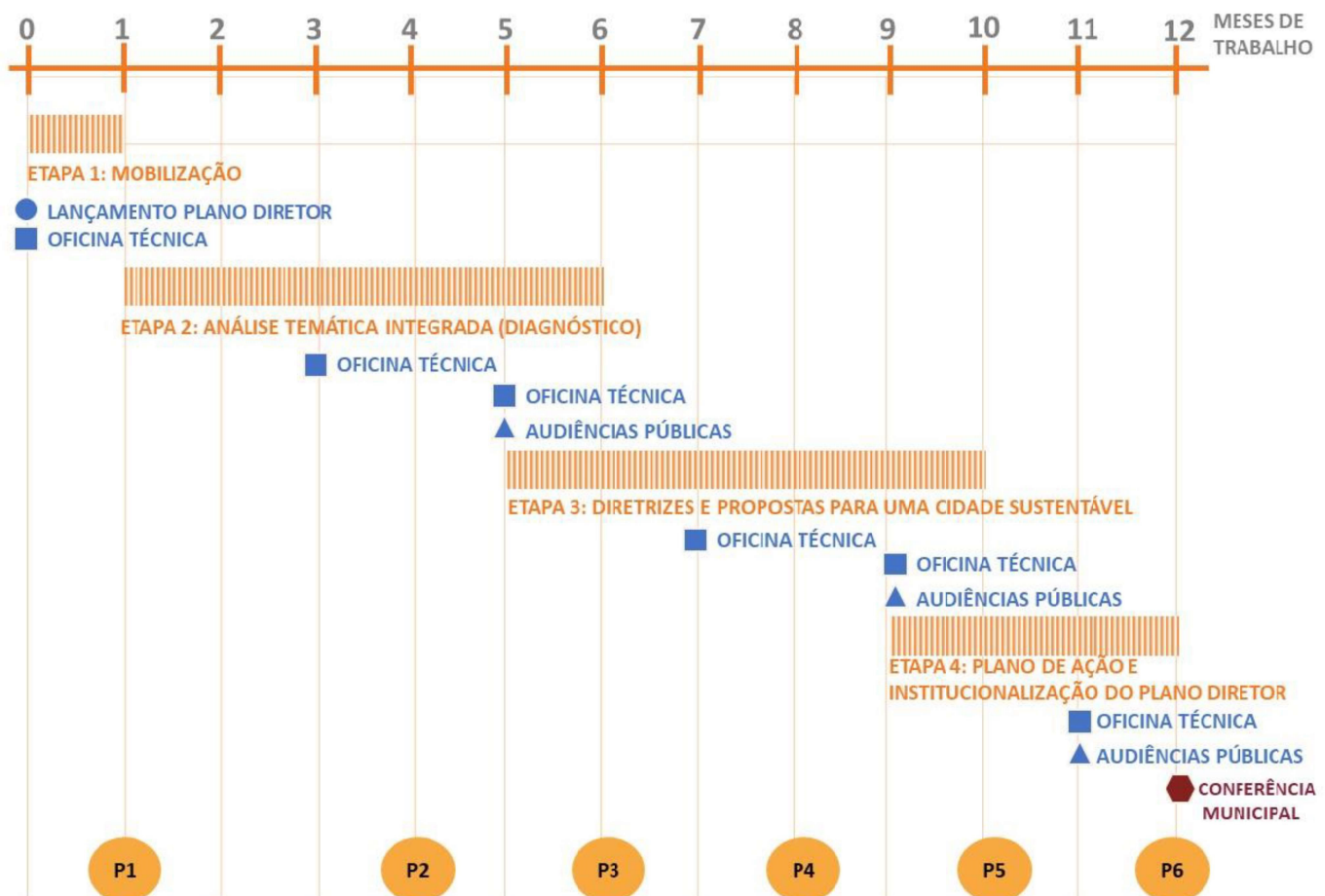
Modelos de regulamentação de instrumentos jurídicos-urbanísticos

Anteprojeto de Lei de revisão do Conselho Municipal da Cidade

Revisão dos trâmites para licenciamento de atividades

Publicação

CRONOGRAMA



Ibam.
Soluções para o Município
há mais de **60 anos**.



SEDE

Rio de Janeiro
Rua Buenos Aires, 19
CEP 20070-021 • Centro
Rio de Janeiro • RJ
Tel. (21) 2142-9797
ibam@ibam.org.br

REPRESENTAÇÕES

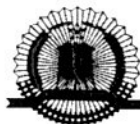
São Paulo
Tel. (11) 5583-3388
ibamsp@ibam.org.br

Santa Catarina
Tel. (47) 3041-6262
ibamsc@ibam.org.br

Saiba mais em www.ibam.org.br

4. LISTAS DE PRESENÇA

A seguir, são apresentados os registros feitos pela SEMPOG das listas de presença das atividades realizadas durante a visita técnica 1.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Lista de Presença

Data	Assunto Geral	Horário	Local	Coordenador
27/03/2018	Composição da Equipe Técnica Municipal - ETM	10:00	GABINETE DO PREFEITO	SEC. LUIZ GUILHERME ERSE
nº	Instituição	Nome	E-mail	Assinatura
33	PGM	Salatiel Gomes Vitorino	Salatielgomes@gmail.com	
34				
35	CGM	Boris Alexander R. de Souza	borisalexander@gmail.com	
36				
37	DEFESA CIVIL	SGT MARCELO 72 @OUTLOOK.COM	MARCELO SILVA DOS SANTOS	
38				
23	OUVIDORIA	Carla Elisângela Brasil Teixeira	carla.elisangelabrasil@gmail.com	
24				
25	SEMAI	Alvaro Montenegro	alvaro.montenegro@gmail.com	
26	SEMESC	Amélia Afonso	IANINETEIXEIRA.MONTAGAL.COM	
27	ADPVH	IANINE MENEZES	amelia.afonso1@gmail.com	
28	ADPVH	ARMANDO MOREIRA FILHO	armando.moreira@adpvh.com	
29	SEMPOG	CARLOS C. VEIGA	carlos@carlos-veiga.com	
30	SEMPOG	JOSÉ ANTÔNIO PINTO		
31	SEMAO	Alexey da Cunha Oliveira	alexeycunha@gmail.com	
32	SEMPAZ	Luiz Henrique Gonçalves	HGWLZDEC@GMAIL.COM	
33	SEMFAZ	Márcia Bandeira Bandeira	sandrabandeira10@hotmail.com	

IPAM
SEMESC
SEMUSB

João Roberto de Oliveira
Lázaro C. Monteiro
Walter A. Prestes (Ambo)
JUAN FORTABO@GMAIL.COM
la.cavalcantemonteiro@gmail.com

CMTI - SAULO NASCIMENTO - saulo.nascimento@portovello.ro.gov.br

D.D.D. - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Eulene H. Melo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Lista de Presença

Data	Assunto Geral	Horário	Local	Supervisor
10/04/2018	Lançamento Público da Revisão do Plano Diretor de Porto Velho	16:00	Bib. Mun. Francisco Meireles	Sec. José Cantídio Pinto
nº	Instituição	Nome	E-mail	Assinatura

01	SEMUR	Marne Custine Luna	marceline1@gmail.com	
02	SEMFAZ	Heliton Mendes Rodrigues	helitonmendes@gmail.com	
03	SEMUR	Diogo Henrique C. Tabaca	diogoimagem@gmail.com	
04	SENGE	TAIS IAMAZAKI	tais.iamazaki@gmail.com	
05	SEMPOG	WALDEMARINA GALVÃO	waldemarina.galvao@sem.gov.br	
06	CGM	Tatiane A. Ribeiro	tatianepoh@hotmail.com	
07	SEMPOG	Alyne Foschiari Helbel	eng.alynefh@gmail.com	
08	SEMA SF	Elaine Roche	elaine.roche@gmail.com	
09	SEMA	Robson da Camarero	robsoncamarero@hotmail.com	
10	SEMA	YAYLEY C.C. FERREI	YAYLEY@GMAIL.COM	
11	IPAM	Noel Leite da Silva	noelleitedasilva@hotmail.com	
12	SEMA	GIZMAN S. DUCAS F. JUNIOR	GIZMANJUNIORSEMA@GMAIL.COM	
13	CAV-BIO	ARSON JENNER	ARSONJENNER@GMAIL.COM	
14	Arquiteto Per	Rodrigo Nunes	Rodrigo@arquitetoconsultoria.com	
15	SEMUR	Carum Aferno	carumaferno@hotmail.com	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Lista de Presença

Data	Assunto Geral	Horário	Local	Supervisor
10/04/2018	Lançamento Público da Revisão do Plano Diretor de Porto Velho	16:00	Bib. Mun. Francisco Meireles	Sec. José Cantídio Pinto
nº	Instituição	Nome	E-mail	Assinatura

16	Erinelda Kitahara - SEMPOG	erinelda@gmail.com		
17	SEMPOG	Karla Silva Postiglione	KARPOSTIGLIONE@HOTMAIL.COM	
18	SEMPOG	Joana Maria de Souza	joanasmazquita@gmail.com	
19	CGM	CHRISTOFA DO NASCIMENTO	CHRISTOFADONASCIMENTO@GMAIL.COM	
20	SEMUSB	JOSÉ ANTONIO L. SILVA	ENG.SILVA15@GMAIL.COM	
21	SEMAF	MASSIMO AUGUSTO MESQUITA	massimo.mesquita@portovelho.ro.gov.br	
22	SEMUR	Nilson Barros de Souza	niarch.nilson10@gmail.com	
23	Sec. Geral de Governo	Zenildo Alves Santos de Carvalho	ZENILDO7@HOTMAIL.COM	
24	SEMPOG	Lucas dos Santos Martins	lucas.v.o@hotmail.com	
25	SEMPOG/CEO	Vitoria Regina Mesquita	Vitoria.greg@gmail.com	
26	EMDUR	Márcia Mônica Becker P. Moirini	mmarjore.arq@hotmail.com	
27	UNIR APOSENTADA	MARIA MADALINA FERREIRA	MADHAFER@HOTMAIL.COM	
28	IBGE	LUIS CLEYTON HOLANDA LOBATO	LUIS.LOBATO@IBGE.GOV.BR	
29	IBGE	Paulo Henrique Schroeder	paulo.schroeder@ibge.gov.br	
30	SEMUR	Cláudio Maurício Medeiros	claudiomauricio@hotmail.com	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Lista de Presença

Data	Assunto Geral	Horário	Local	Supervisor
10/04/2018	Lançamento Público da Revisão do Plano Diretor de Porto Velho	16:00	Bib. Mun. Francisco Meireles	Sec. José Cantídio Pinto
nº	Instituição	Nome	E-mail	Assinatura

31	EAU/RO	RENY VERAS	ABOWITETAREIVY.VERAS@SM	5
32	COM PDEC	Anderson Luiz	AND-CESOW.LUIZ.P.@HOTMAIL	
33	CONCIDADE	Emanuel Meireles	CONCIDADE.PV.H.SEMUR	
34	CRA	Henry Boero	henryboero@gmail.com	
35	CRCCI R.O.	Fernando C. Casal Batista	A.FERNANDESCASAL@ENTER-Net.C	
36	UNIR/DECIV	Carolina H. de Hollanda	carolina.dehollanda@unir	
37	SEMPES	Jose Alencastro Lima	AUGUSTO CENILHATRO	
38	CRCCI - RO	João Gabriel A. Girardi	JGGIRARDI@hotmail.com	
39		Weden Rodrigues		
40	Sintonia PVH	Gerzi Liberto dos Reis	liberto-net@hotmail	
41	SEMPAR	M ^a Sandra Bandeira	sandrabandeira10@hotmail	
42	Semur	Fernanda R. Pinheiro Rodrigues	fernandarp1@gmail.com	
42	Comdecom	Marilza Rocha	marilzamarilza@gmail.com	
43	U ^o DPGE/SEMP	Camila Tavares Lasso	camilatavareslasso@hotmail	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Lista de Presença

Data	Assunto Geral	Horário	Local	Supervisor
10/04/2018	Lançamento Público da Revisão do Plano Diretor de Porto Velho	16:00	Bib. Mun. Francisco Meireles	Sec. José Cantídio Pinto
nº	Instituição	Nome	E-mail	Assinatura
44	AGERO	Flávio Murilo Bueno Torres	fmurilotorres@gmail.com	
45	SEMPOG	Raymundo J. Fraga J.	dpge.pmpv@gmail.com	
46	IPHAN	Giovani da Silva Barcelos	giovani.barcelos@iphangua.gov.br	
47	SEMTRAN	LUCIANA CHRISTINA RAMALHÃO	DMOP.PMPV@GMAIL.COM	
48	CAE	TIAGO ROBERTO CADELHA	TIAGOCADLHA.ARE@HOTMAIL.COM	
49	IAB, CENTRO UNIVERSITÁRIO	Suhayfa da Costa Abdul Wazze	ARIST.SUHAYFA@GMAIL.COM	
50	FUNCULTURAL	Márcia Fereira de Souza	marciaf@bol.com.br	
51	PREFEITURA	DIOGO ANDRÉ DOS ANJOS	DIAGO@HOTMAILS.COM	
52	RECONSTRUTIVO	Evandro S. Schubert	EVANSZSO@GMAIL.COM	
53	EMDUR	Paola Dariane Carvalho Costa	p.darianee@gmail.com	
54	SEMPOG	IVON DE OLIVEIRA	IVONOLIVEIRA@GMAIL.COM	
55	SINDARQ	Wesley Saimon O. de Souza	SINDARQRO@GMAIL.COM	
56	TV meridional / Band	Mirica Capistrano	mirica.capistrano@gmail.com	
57	TV meridional / Band	Luiz da Silva		

Instituição	nome	email	Telefone	Assinatura
IBAM	BILL	bill@orbes.org.br		
IBAM	Mabri	mabri.dallari@ibam.org.br		
S.G.P.	Valeria Jorânia	valerajorania@bd.com.br		
SEMA	Aluno Meneses	alunomeneses@gmail.com		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Lista de Presença

Data	Assunto Geral	Horário	Local	Supervisor
10/04/2018	Lançamento Público da Revisão do Plano Diretor de Porto Velho	16:00	Bib. Mun. Francisco Meireles	Sec. José Cantídio Pinto
nº	Instituição	Nome	E-mail	Assinatura

58	SEMUR	Heleny Nunes da Silva	heleny_nunes@hotmail.com	Heleny
59	SEMUR	José Carlos Muniz de Freitas	josecarlos3@hotmail.com	José Carlos
60	SEMAS	Felipe Bernabé Z. S.		Felipe
61	UEMP	Gilda M. de Aguiar	gildafunes@gmail.com	Gilda
62	A.C.R. - C.D.I.	VANDERLEI ORIZANI		Vanderlei
63	IBGE	JORGE ELARRAT	ELARRAT@GMAIL	Jorge
64	SEMPOG	MATHEUS MOUTAS	MATHEUS@MOUTAS.C	Matheus
65	FAB	Paulo Roberto Ferreira de Castro	paulo@paulo.com.br	Paulo
66	SEMAGRIC	FLAVIO MOREIRA ROCHA JUNIOR	flavio.mr2@gmail.com	Flavio
67	SEMUSA	MARCUS VINICIUS DA SILVA	MARCUSSEMUS@GMAIL	Marcus
68	Gabinete	Guilherme Erse Mendes		Guilherme
69	SEMUR	Matheus Moutas		
70	UEMP/RO	Rosalia Oliveira	211263@yahoo.com.br	Rosalia
71	CMP/RO	ELIEL FERREIRA CUNHA	ELIELCUNHA@HOTMAIL.COM	Eliele



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Lista de Presença

Lista de Presença					
Data		Assunto Geral		Horário	Local
10/04/2018		Lançamento Público da Revisão do Plano Diretor de Porto Velho		16:00	Bib. Mun. Francisco Meireles
nº	Instituição	Nome	E-mail	Telefone	Assinatura
72	SEMPOG	Reisa Tavares Gomes	dpge.pmpv@gmail.com		
73					
74					
75					
76					
77					
78					
79					
80					
81					
82					
83					
84					



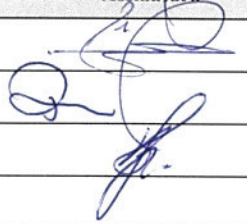
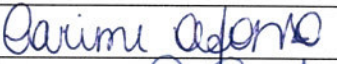
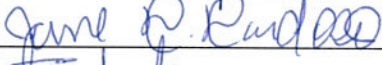
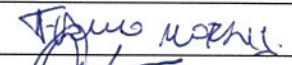
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

GTM

Lista de Presença					
Data		Assunto Geral	Horário	Local	Supervisor
11/04/18		Oficina 1	08 às 12h	Sala Banheiros	Sec. José Cantídio Pinto
nº	Instituição	Nome	E-mail	Telefone	Assinatura
1	Empresa de Desenvolvimento Urbano - EMDUR	Maiara Marjore Rocha Peres Marini	mmarjore.arq@gmail.com		
2		César Afonso da Fonseca Salomão	cafs06@gmail.com		
3	Fundação Cultural de Porto Velho - FUNCULTURAL	Altair dos Santos Lopes	tatadeportovelho@gmail.com		
4		Karina de Oliveira	koliveira96@hotmail.com		
5	Secretaria Geral de Governo – Gabinete do Prefeito - SGG	Zenildo Alves dos Santos Carvalho	zenildo7@hotmail.com		
6		Devonildo de Jesus Santana	devanildo05@hotmail.com		
7	Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF	Caio Augusto Da Costa Neiva	caioneivaa@gmail.com		
8		Massimo Araújo De Mesquita	massimo.mesquita@portovelho.com.br		
9	Secretaria Municipal de Educação - SEMED	Rebeca Maria Passos da Silva	astecsemed@gmail.com		
10		Marcia Andréia Lima Lucas	astecsemed@gmail.com		
11	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMES	Marcelino Maciel Mazalli Mariano	marcelinomazalli@hotmail.com		
12		Jose Augusto Chaves de Lima	augustocell@hotmail.com		
13	Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ	Maria Sandra Bandeira	sandrabandeira10@hotmail.com		
14		Huelinton Mendes Rodrigues	huelintonmendes@gmail.com huelintonmendes		
15	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos - SEMISB	Raimundo José Zacarias da Costa Júnior	ozaka87@hotmail.com		
16		Gustavo Portela Veras	gustavo_2707@hotmail.com		
17	Secretaria Municipal de Integração - SEMI	Yaylley Coelho Da Costa Jezini	yaylley@gmail.com		
18		Robson Damasceno Silva Junior	robsondamasceno@hotmail.com		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Lista de Presença				
Data		Assunto Geral	Horário	Local
11/04/18		Oficina 1	08 às 12h	Sala Banheiros
nº	Instituição	Nome	E-mail	Assinatura
19	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG	José Cantídio Pinto	jose.cantidio@grupomilla.com.br	
20		Raisa Tavares Thomaz	raisathomaz@gmail.com e dgpe.pmpv@gmail.com	
21		Raymundo José Fraga Junior	juniorfraga.arq@gmail.com e dgpe.pmpv@gmail.com	
22	Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo - SEMUR	Fernanda Rocha Pinheiro	fernandarpr1@gmail.com	
23		Carime Afonso dos Santos Leite	carimeafonso@hotmail.com	
24	Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA	Jane Carvalho Cardoso	janecarvalhocardoso@gmail.com	
25		Salustiano Freitas Ferreira Neto	salustianosocial@gmail.com	
26	Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes - SEMTRAN	Luciana Chrystina Ramalhão	lucianachrys@gmail.com	
27		José Liberato Dos Santos Neto	liberato_net@hotmail.com	
28	Subsecretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAGRIC	Luiz Carlos Coelho De Menezes		
29		Flavio Moraes Nogueira Junior	flavio.m12@gmail.com	
30	Subsecretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho - SEMDESTUR	Maria Aparecida da Silva Prestes	Aparecida_prestes@hotmail.com	
31		Antônio Torres Fernandes		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

GERAL

Lista de Presença					
Data		Assunto Geral	Horário	Local	Supervisor
11/04/18		Oficina 1	08 às 12h	Sala Banheiros	Sec. José Cantídio Pinto
nº	Instituição	Nome	E-mail	Telefone	Assinatura
1	SEMPOG / PMPV	Alyne Foschini Helbel	eng. alynefh@gmail.com		
2	SEMPOG / DPGE	Camila Favre Lemos	camilafavrelema@hotmail.com		
3	SEMPOG / DPGE	MATHEUS DAS NEVES MOURA	MATHEUSMOURA.ENG@GMAIL		
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

ETM

Lista de Presença				
Data		Assunto Geral	Horário	Local
11/04/18		Oficina 1	14 às 18h	Sala Banheiros
Supervisor		Sec. José Cantídio Pinto		
nº	Instituição	Nome	E-mail	Assinatura
1	Empresa de Desenvolvimento Urbano - EMDUR	Maiara Marjore Rocha Peres Marini	mmarjore.arq@gmail.com	
2		César Afonso da Fonseca Salomão	cafs06@gmail.com	
3	Fundação Cultural de Porto Velho - FUNCULTURAL	Altair dos Santos Lopes	tatadeportovelho@gmail.com	
4		Karina de Oliveira	koliveira96@hotmail.com	
5	Secretaria Geral de Governo – Gabinete do Prefeito - SGG	Zenildo Alves dos Santos Carvalho	zenildo7@hotmail.com	
6		Devonildo de Jesus Santana	devanildo05@hotmail.com	
7	Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF	Caio Augusto Da Costa Neiva	caioneivaa@gmail.com	
8		Massimo Araújo De Mesquita	massimo.mesquita@portovelho.com.br	
9	Secretaria Municipal de Educação - SEMED	Rebeca Maria Passos da Silva	astecsemed@gmail.com	
10		Marcia Andréia Lima Lucas	astecsemed@gmail.com	
11	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMES	Marcelino Maciel Mazalli Mariano	marcelinomazalli@hotmail.com	
12		Jose Augusto Chaves de Lima	augustocell@hotmail.com	
13	Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ	Maria Sandra Bandeira	sandrabandeira10@hotmail.com	
14		Huelinton Mendes Rodrigues	huelintonmendes@gmail.com	
15	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos - SEMISB	Raimundo José Zacarias da Costa Júnior	ozaka87@hotmail.com	
16		Gustavo Portela Veras	gustavo_2707@hotmail.com	
17	Secretaria Municipal de Integração - SEMI	Yaylley Coelho Da Costa Jezini	yaylley@gmail.com	
18		Robson Damasceno Silva Junior	robsondamasceno@hotmail.com	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Lista de Presença					
Data		Assunto Geral	Horário	Local	Supervisor
11/04/18		Oficina 1	14 às 18h	Sala Banheiros	Sec. José Cantídio Pinto
nº	Instituição	Nome	E-mail	Telefone	Assinatura
19	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG	José Cantídio Pinto	josé.cantidio@grupomilla.com.br		
20		Raisa Tavares Thomaz	raisathomaz@gmail.com e dgpe.pmpv@gmail.com		
21		Raymundo José Fraga Junior	juniorfraga.arq@gmail.com e dgpe.pmpv@gmail.com		
22	Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo - SEMUR	Fernanda Rocha Pinheiro	fernandarpr1@gmail.com		
23		Carime Afonso dos Santos Leite	carimeafonso@hotmail.com		
24	Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA	Jane Carvalho Cardoso	janecarvalhocardoso@gmail.com		
25		Salustiano Freitas Ferreira Neto	salustianosocial@gmail.com		
26	Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes - SEMTRAN	Luciana Chrystina Ramalhão	lucianachrys@gmail.com		
27		José Liberato Dos Santos Neto	liberato_net@hotmail.com		
28	Subsecretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAGRIC	Luiz Carlos Coelho De Menezes			
29		Flavio Moraes Nogueira Junior	flavio.m12@gmail.com		
30	Subsecretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho - SEMDESTUR	Maria Aparecida da Silva Prestes	Aparecida_prestes@hotmail.com		
31		Antônio Torres Fernandes	Tony4tony@hotmail.com		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

GERAL

Lista de Presença					
Data		Assunto Geral	Horário	Local	Supervisor
11/04/18		Oficina 1	14 às 18h	Sala Banheiros	Sec. José Cantídio Pinto
nº	Instituição	Nome	E-mail	Telefone	Assinatura
1	SEMPOG/DPGE	Camila Aparecida Passos	camilapassos@hotmail.com		CP
2	DPGE/SEMPOG	Alyne Foschiari Helber	eng.alynefh@gmail.com		Alyne F.H.
3	DPGE/SEMUR	Diogo Henrique P. Faria	diogoimagem@gmail.com		
4	DPGE/SEMPOG	MATHEUS DAS NEVES MOURA	MATHEUSMOURA.ENG@GMAIL.COM		
5	DPGT-SEMTBAN	Francisco Giarini	franciscogiarini@hotmail.com		
6	DPGT-SEMTBAN	Jose Roberto dos Santos	liberto-roto@hotmail.com		
7	SEMPRESTUR	Mauro Aparecido Passos	aparecido-passos@hotmail.com		
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

GERAL

Lista de Presença					
Data		Assunto Geral	Horário	Local	Supervisor
12/04/18		Reunião Técnica de Consolidação	11 às 13h	Sala de Situação SEMPOG	Sec. José Cantídio Pinto
nº	Instituição	Nome	E-mail	Telefone	Assinatura
1	UNIR	Carolina M. de Hollanda	carolina dehollanda@unir.br		Carolina de H.
2	SEMTRAN	Francisco Ciarini	franciscociarini@hotmail.com		
3	MATHEUS SEMPOG	MATHEUS N. MOURA	MATHEUSMOURA.ENG@GMAIL		
4	SEMTRAN	José Liberto Neto	liberto-neto@hotmail.com		Jose Liberto
5	SEMTRAN	LUCIANA CHRYSTINA RAMALHÃO	DMOP.PMPV@GMAIL.COM		
6	SEMPOG	Alyne Foschiani Helbel	eng.alynefh@gmail.com		Alyne F.H.
7	SEMPOG	Vitoria Regina Mesquita	vitoria.gog@gmail.com		Vitoria
8	SEMPOG/DGE	Camila Favero Lobo	camilofaveros@hotmail.com		CP
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Lista de Presença					
Data		Assunto Geral	Horário	Local	Supervisor
13/04/18		Reunião com os Administradores de Distritos	08:00 às 10h	Sala de Situação SEMPOG	Sec. José Cantídio Pinto
nº	Instituição	Nome	E-mail	Telefone	Assinatura
1	Prefeitura ADM GBT	Rosilene Prestes F. Lima	lenemutun@gmail.com		
2	ADM SARY BARAUA	NILTON BARBOSA DA ROSA	NBR SARY BARAUA@hotmail.com		
3	ADM - EXTREMA	JOÃO BOSCO RODRIGUES			
4	SEMPOG	Pratogio José Costa de Sousa	pratogio2015@gmail.com		
5	SEMAGRIC	Odilson Luiz	odilso@uol.com.br		
6	SEMAGRIC	JULIO CESAR VILLAR	JCEVILLAR@hotmail.com		
7	SEMPOG/DPE	Camila Favre Laks	camilafavre@uol.com.br		
8	SEMPOG	Alyne Foschiani Helber	eng.alynefh@gmail.com		
9	Sec. G. GOVERNADO - DDO	FRANCISCO ALVES ARAUJO - TIGER	TIGER_CALASAS@telefonet.com		
10	SEMPOG	Vitoria Regina Marques	Vitoria.sog@gmail.com		
11	SEMUR	Carime Adorno dos S. Leite	carimeadorno@hotmail.com		
12	SEMAGRIC	FRANCISCO EVARISTO LIMA	EVARISTO2012@uol.com.br		
13	Administrador de	Nelson C Almeida	União Bondeiros		
14	Dist. de BOMARCA GAO	Edmundo Souza Medeiros	edmundosouza@uol.com.br		
15	Sec. G. GOVERNADO - DDO	Edilson L. Machado - SURA	EdilsonLm@hotmail.com		
16	ADM. CALAMA	LABENILSON SILVA (Belta)			
17	SEMPOG	Raymundo F. Froese Junior			
18	Administrador	Edilson			
19	SEMPOG	Roberto Soares Gomes	dpgg.pmpu@gmail.com		
20					



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG

Lista de Presença					
Data		Assunto Geral	Horário	Local	Supervisor
13/04/18		Reunião com a Coordenação da ETM	10 às 12h	Sala de Situação SEMPOG	Sec. José Cantídio Pinto
nº	Instituição	Nome	E-mail	Telefone	Assinatura
1	Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ	Maria Sandra Bandeira	sandrabandeira10@hotmail.com		
2		Huelinton Mendes Rodrigues	huelintonmendes@gmail.com		
3	Secretaria Municipal de Integração - SEMI	Yayley Coelho Da Costa Jezini	yayley@gmail.com		
4		Robson Damasceno Silva Junior	robsondamasceno@hotmail.com		
	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG	José Cantídio Pinto	josé.cantidio@grupomilla.com.br		
5		Raisa Tavares Thomaz	raisathomaz@gmail.com e dgpe.pmpv@gmail.com		
6		Raymundo José Fraga Junior	juniorfraga.arq@gmail.com e dgpe.pmpv@gmail.com		
7	Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo - SEMUR	Fernanda Rocha Pinheiro	fernandarpr1@gmail.com		
8		Carime Afonso dos Santos Leite	carimeafonso@hotmail.com		
9	Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes - SEMTRAN	Luciana Chrystina Ramalhão	lucianachrys@gmail.com		
10		José Liberato Dos Santos Neto	liberato_neto@hotmail.com		

SEMFAZ
SEMUR
SEMUR

Idemécia Luciane W. Rocha lucianarocha2007@hotmail.com
Jonaida Muniz D. Freitas jonefeitosa03@hotmail.com
Diogo Henrique C. Torres digitorange@gmail.com



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG

Lista de Presença					
Data		Assunto Geral	Horário	Local	Supervisor
13/04/18		Reunião com a Coordenação da ETM	10 às 12h	Sala de Situação SEMPOG	Sec. José Cantídio Pinto
nº	Instituição	Nome	E-mail		Assinatura
1	SEMPAZ	Edson Luciano W. Rocha			
2	SEMUR	Saweldo Muniz L. Freitas			
3	SEMUR	Diogo Henrique C. Fonseca			
4	SEMPOG	Alyne Fuschiani Halbel	alynefuschiani@gmail.com		
5	SEMPOG/DIGE	Camila Favre Lages	camilafavre@outlook.com		
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

ANEXO 4:

Lista de documentos, informações e dados solicitados à ETM para subsidiar a Análise Temática Integrada

PLANEJAMENTO E GESTÃO	
1.	Organograma da Prefeitura (papéis e responsabilidades).
2.	Conselhos municipais e fundos municipais específicos existentes. (leis de criação, regimento interno e leis específicas).
3.	Unidades territoriais de planejamento e/ou a serem adotadas na estratégia de participação e mobilização social.
4.	PPA, LDO e LOA
5.	Lei Orgânica
6.	Dados do cadastro do IPTU (Número de inscrições; área cadastrada ; valor lançado e arrecadado anual; planta de valores)
7.	Dados do ISS (Número de inscrições/bairro; valor arrecado/bairro)
8.	Dados de ITBI (transações realizadas/bairro; valor arrecadado/bairro)
LICENCIAMENTO URBANO	
1.	Dados de licenças e habite-se (total e área de unidades residenciais e não residenciais por ano desde 2000)
2.	Total de empreendimentos objeto de EIV, localização e breve descrição dos mesmos
3.	Total e área de empreendimentos objeto de OODC por ano, desde a entrada em vigor do instrumento
4.	Localização dos empreendimentos objeto de OODC
5.	Total de empreendimentos e unidades licenciadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, por faixa de renda.
6.	Total de "habite-se" concedidos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, por faixa de renda, por ano.
7.	Localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, por faixa de renda.
8.	Localização de loteamentos aprovados e/ou implantados (desde a aprovação do Plano Diretor).
9.	Localização de condomínios horizontais (ou "condomínios urbanísticos", "loteamentos fechados" etc.) aprovados e/ou implantados (desde a aprovação do Plano Diretor).
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	
3.	Localização das Atividades Econômicas

4. Distrito(s) Industrial(is).
5. Localização de terrenos e glebas vazias.
6. Localização de áreas de Risco (e tipo de risco).
7. Conflitos urbanos/fundiários.
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
1. Localização de assentamentos urbanos precários, por tipo de assentamento (favela ou similar, loteamento irregular ou clandestino, conjunto habitacional, outro).
2. Ações de regularização urbanística e fundiária (localização de assentamentos beneficiados)
3. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS (Diagnósticos e proposições); legislação específica de habitação de interesse social.
4. Avaliação da implementação do PMHIS (resultados do monitoramento).
5. Programas e projetos em andamento.
6. Atualização das demandas identificadas no PMHIS (demanda inicial e atendida).
7. Investimentos realizados.
SANEAMENTO BÁSICO
1. Plano de Saneamento Básico
2. Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
3. Plano das Bacia Hidrográficas que abrangem o município
Abastecimento de água:
1. Rede de Abastecimento de água (mapa com a identificação da área de atendimento/não atendimento).
2. Fontes de abastecimento.
3. ETA existente (tipo: compacta/modular/facilmente expansível?)
4. Projetos de expansão existentes.
Esgotamento sanitário:

5. Esgotamento sanitário - área de atendimento/não atendimento.
6. ETEs existentes (tipo: compacta/modular/facilmente expansível, graus de tratamento)
7. Identificação da destinação final emissário subfluvial ou rede de drenagem.
8. Minha Casa-Minha vida existentes: verificar tipo de destinação, projetos.
Drenagem pluvial:
10. Identificação de áreas urbanas inundáveis (deficiência na rede de microdrenagem)
11. Áreas naturalmente sujeitas à inundação (várzeas) . Histórico de enchentes.
12. Cadastro de unidades e famílias em áreas inundáveis
13. Planos, programas e projetos previstos.
Limpeza Urbana e Resíduos sólidos
14. Destino final dos Resíduos Sólidos.
15. Coleta Seletiva
15. Legislação municipal.
16. Planos, programas e projetos.
17. Investimentos realizados.
MOBILIDADE URBANA
1. Sistema viário com a hierarquia das vias.
2. Itinerário de todas as linhas municipais de ônibus.
3. Ruas exclusivas de tráfego de pedestres.
4. Locais de tráfego prioritário de ônibus: faixas exclusivas ou corredores.
5. Infraestrutura cicloviária: ciclovias, ciclofaixas, ciclorotas e mobiliário (bicicletários públicos e paraciclos).

6. Principais polos geradores de viagens (shopping centers, universidades, escolas, clínicas, hospitais, indústrias ou polos industriais, prefeitura, secretarias, câmara municipal, lojas de departamento, teatros, cinemas, centros culturais, parques, templos religiosos, supermercados, grandes estacionamentos, rodoviária, centros militares, batalhões de polícia e bombeiros, loteamentos, conjuntos habitacionais, condomínios com alta densidade populacional, etc).
7. Terminais de ônibus.
8. Contrato Prefeitura- Empresas de ônibus
MEIO AMBIENTE
1. Identificação das Unidades de Conservação (mapas e características).
2. Áreas de Proteção Permanente - APP.
3. Arborização urbana.
4. Recursos hídricos.
5. Legislação específica municipal.
6. Planos, programas e projetos.
7. Investimentos realizados.
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL
1. Bens Tombados (nacionais, estaduais e municipais)
2. Legislação municipal específica
3. Planos, programas e projetos.
4. Investimentos realizados
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
1. Distrito Industrial.
2. Concentração de Comércio e Serviços.
3. Principais atividades econômicas do município.

4. Planos, projetos e programas realizados e previstos.
5. Atração de novas Atividades Econômicas.
6. Outras informações pertinentes.
CLIMA URBANO, CONFORTO AMBIENTAL E ENERGIA
1. Plano de Arborização Urbana
2. Dados climáticos do Município (temperatura, ventos dominantes, umidade, precipitação);
3. Incentivos fiscais para o favorecimento da qualidade do clima urbano, conforto ambiental e eficiência energética (por exemplo, permeabilidade do solo, produção de energia fotovoltaica);
4. Plano/Programa de Gestão do Consumo de Energia Elétrica;
5. Meios de controle e gerenciamento do consumo de energia elétrica.
Adaptações às Mudanças Climáticas e Riscos Ambientais
11. Adesão a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
12. Plano de Contingência e de Proteção e Defesa Civil;
13. Participação do Fórum de Mudanças Climáticas, promovido pelo Estado;
14. Identificação dos eventos/fenômenos climáticos que ocorrem no território do Município e das principais vulnerabilidades;
15. Ações de adaptação e mitigação desenvolvidas para o Município - existência do Plano Municipal de Mitigação e Adaptação as Mudanças Climáticas;
16. Plano de recuperação e proteção do leito do Rio Madeira.